

**PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
EDITAL Nº 056/PMJ/2026**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jaru
Superintendência de Licitações e Contratos

OBJETO:

Registro de preços visando a **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE COZINHA E MATERIAIS PARA SUPORTE E COLETA DE RESÍDUOS.**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 1.462.683,70 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **08/06/2026** às **10h10min.** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por **Item**.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

(X) Sim / () Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

() Sim / (X) Não

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

() Sim / (X) Não

LOCAL DA DISPUTA

Site: www.licitanet.com.br

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV – Termo de Compromisso;

ANEXO V – Modelo de declaração para ME e EPP; e

ANEXO VI - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco;

Sumário

1. DO OBJETO	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
10. DO PAGAMENTO	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS	
12. DA FASE DE JULGAMENTO	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO	
14. DOS RECURSOS	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
18. DO FORO	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº056/PMJ/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5618/PMJ/2026
MENOR PREÇO POR ITEM****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 188, de 16 de abril de 2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 25/05/2026, com início às 10h00min.
FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:	Às 09h59min, do dia 08/06/2026.
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 08/06/2026, com início às 10h00min.
INÍCIO DO PREGÃO:	Dia 08/06/2026, com início às 10h10min. (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços visando a **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE COZINHA E MATERIAIS PARA SUPORTE E COLETA DE RESÍDUOS**, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CANECA DE VIDRO Caneca em vidro transparente de alta resistência. Capacidade: Mínima de 300ml. Diâmetro superior aproximado: entre 7,5cm e 8,5cm. Formato: Cilíndrico com alça reforçada. Deve ser apta para uso em micro-ondas e lava-louças.	3.656,00	UN	16,10	58.861,60
2	PRATO DE VIDRO TRANSPARENTE PARA REFEIÇÕES Material de alta resistência a impactos e variações térmicas (que possa ir ao micro-ondas e lava-louças). Formato redondo, bordas com acabamento liso (sem relevos internos), com diâmetro aproximado entre 21cm e 23cm. Produto atóxico, incolor e fácil de higienizar.	4.673,00	UN	14,99	70.048,27
3	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA - 10 LITROS. Caixa organizadora multiuso, confeccionada em polipropileno (PP) virgem ou material plástico de alta resistência. Cor branca (ou incolor/transparente para melhor visualização). Capacidade volumétrica mínima de 10 litros. Estrutura rígida, não vazada, formato retangular. Tampa de encaixe firme, com sistema de travas laterais (travas de segurança) que garanta o fechamento seguro e empilhamento.	288,00	UN	34,20	9.849,60
4	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA - 28 LITROS. Caixa organizadora de material plástico (polipropi-	290,00	UN	87,43	25.354,70

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	leno ou similar) resistente, formato retangular. Capacidade nominal mínima de 28 litros. Acompanha tampa hermética com sistema de travas laterais. Cor: Branca (ou incolor/transparente, se preferir). Empilhável.				
5	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA - 70 LITROS. Caixa em polipropileno (PP) de alta resistência (modelo fechado, sem furos). Cor branca. Capacidade: no mínimo 70 litros. Dimensões aproximadas: 700mm x 400mm x 300mm (comprimento x largura x altura - aproximadas para balizar o mercado). Deve possuir tampa com encaixe firme, alças ergonômicas e empilhamento estável, suportando carga de 30kg ou mais.	263,00	UN	154,05	40.515,15
6	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA - 130 LITROS. Caixa de plástico do tipo organizadora/fechada, fabricada em material termoplástico de alta resistência (Polipropileno - PP ou Polietileno de Alta Densidade - PEAD), cor branca, com capacidade aproximada de 130 litros. Estrutura: Corpo rígido e fechado (sem perfurações/vazamentos). Tampa: Acompanha tampa plástica de encaixe firme, com vedação adequada e resistente. Empilhamento: Desenvolvida para ser empilhável, com ou sem tampa, suportando o empilhamento de múltiplas unidades quando carregadas. 'Uso: Adequada para organização e armazenamento, lavável e atóxica. Capacidade: Aprox. 130 Litros.	162,00	UN	394,35	63.884,70
7	ASSADEIRA RETANGULAR DE ALUMÍNIO, tipo industrial/comercial, alta, formato retangular. Material alumínio polido ou fosco, resistente, de alta condutividade térmica. Dimensões aproximadas: comprimento 44 cm, largura 29 cm, altura 5 cm. Com ou sem alças laterais reforçadas. Ideal para assados e fornos industriais.	129,00	UN	87,58	11.297,82
8	RALADOR DE LEGUMES/ALIMENTOS 4 FACES, material totalmente em aço inoxidável, tipo box/vertical, com alça superior para manuseio. Possui quatro tipos de lâminas para corte: ralar grosso, ralar fino, fatiar e ralar em tiras (tipo julienne). Tamanho grande (aproximadamente 20 cm a 25 cm de altura), com lâminas afiadas e base reforçada para estabilidade.	112,00	UN	40,15	4.496,80
9	DESCASCADOR DE LEGUMES, portátil, uso profissional/cozinha, confeccionado totalmente em aço inox, lâmina móvel de fio liso, modelo ergonômico, comprimento compatível com uso manual confortável (tamanho padrão de mercado).	110,00	UN	45,89	5.047,90
10	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX PARA REFEIÇÃO. Utensílio de mesa para refeição. Material: 100% aço inoxidável, alta resistência à corrosão, acabamento polido ou brilhante. Dimensões: Comprimento total aproximado de 18 a 20 cm. Características: Peça inteiriça ou com cabo reforçado, bordas arredondadas e bojo formato "sopa" (formato concha/profundo) para consumo de alimentos líquidos e sólidos. Deve ser durável e compatível com lavagem industrial.	5.080,00	UN	7,46	37.896,80
11	CONCHA EM AÇO INOX,	170,00	UN	43,99	7.478,30

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	Confeccionada inteiramente em aço inoxidável, estrutura monobloco (peça única, sem emendas, rebites ou soldas entre o bojo e o cabo), garantindo higiene e facilidade na limpeza. Capacidade mínima de 90 ml. Acabamento polido. Deve apresentar resistência ao calor e ao uso contínuo em cozinhas industriais.				
12	ESCUMADEIRA DE COZINHA. Material em aço inoxidável, tipo monobloco (confeccionada em uma única peça, sem emendas ou soldas), com furos para drenagem, cabo firme com orifício para pendurar. Comprimento total aproximado entre 35cm e 40cm. Alta resistência à corrosão e calor.	173,00	UN	56,67	9.803,91
13	COLHER LONGA PARA SUCO - TIPO BAILARINA. Fabricada inteiramente em aço inoxidável, resistente à corrosão e oxidação. Cabo longo para utilização em jarras e copos altos. Comprimento mínimo de 30cm. Estrutura monobloco ou com cabo reforçado. Acabamento polido/brilhante..	124,00	UN	23,11	2.865,64
14	PEGADOR PARA SALADA E MASSAS, Pegador multiuso para saladas e massas, confeccionado em aço inoxidável resistente à corrosão e alta durabilidade, comprimento aproximado de 28 cm, com extremidades funcionais (colher e colher vazada/garra) para facilitar o manuseio e servir.	154,00	UN	29,33	4.516,82
15	FACA PROFISSIONAL PARA AÇOUGUE/CARNE, lâmina de 12 polegadas (aprox. 30cm), fio liso, com ponta. Lâmina em aço inoxidável temperado de alta durabilidade (tipo DIN 1.4110 ou superior). Cabo em polipropileno injetado, ergonômico, de fácil higienização, com proteção antibacteriana. Garantia de corte preciso e resistência à corrosão.	199,00	UN	128,25	25.521,75
16	FACA PARA LEGUMES - Faca pequena de cozinha para uso geral, descascar e cortar legumes/frutas. Lâmina em aço inoxidável com tratamento térmico (maior durabilidade), cabo injetado em polipropileno (material atóxico/higiénico), com proteção antimicrobiana. Lâmina com comprimento entre 3 e 4 polegadas. Fio liso.	159,00	UN	22,18	3.526,62
17	JOGO COM 06 TÁBUAS DE CORTE, Material: Polietileno de Alta Densidade (PEAD) atóxico, cor lisa (sem porosidade), lavável e resistente ao corte. Formato: Retangular, liso (sem canaletas para evitar acúmulo de resíduos), cantos arredondados. Dimensões Aproximadas: Mínimo de 30cm x 50cm. Espessura: Mínima de 8mm a 10mm (garantindo robustez e estabilidade). Cores/Usos: Jogo contendo cores variadas (recomenda-se padrão Anvisa: verde, vermelho, azul, amarelo, branco, bege) para evitar contaminação cruzada. Opcional: O jogo deve ser acompanhado de suporte/base para armazenamento. Aprovação: O material deve ser atóxico e inodoro, adequado para uso em cozinhas industriais.	89,00	JG	405,74	36.110,86
18	PORTA COPO DESCARTÁVEL, Suporte/Dispenser para copos de água descartá-	174,00	UN	78,35	13.632,90

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	veis, tipo tubular. Capacidade para no mínimo 100 copos de 200ml. Confeccionado em aço inoxidável de alta resistência à corrosão (AISI 430 ou superior). Deve conter tampa superior removível para proteção contra poeira e sistema de garras/abas ajustáveis para liberação de um copo por vez (sistema poupa-copo). Fixação em parede (acompanha buchas e parafusos).				
19	CANECA DE ALUMÍNIO CAPACIDADE DE 02 LITROS. Estrutura reforçada, formato cilíndrico ou cônico, com cabo/alça revestido em madeira ou baquelite, oferecendo proteção antitérmica para manuseio. Acabamento polido.	102,00	UN	57,66	5.881,32
20	CANECA DE ALUMÍNIO CANECA EM ALUMÍNIO ESPESSO, COM CAPACIDADE PARA 3 LITROS. Deve conter alça revestida em madeira ou material térmico que impeça a transmissão de calor. Alta durabilidade, polida.	98,00	UN	57,25	5.610,50
21	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Caçarola industrial, confeccionada em alumínio polido de alta resistência (linha hotel/profissional). Capacidade volumétrica mínima de 3,7 litros. Espessura de chapa reforçada, no mínimo 3,0 mm, garantindo resistência mecânica e uniformidade no calor. Deve acompanhar tampa em alumínio, com pegador resistente a altas temperaturas. Alças bilaterais fixas, reforçadas e no mesmo material da caçarola. Acabamento polido, isento de rebarbas ou cantos vivos.	113,00	UN	90,56	10.233,28
22	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Capacidade nominal mínima de 4,9 Litros. Fabricada em alumínio espesso (mínimo 3mm de espessura) para alta durabilidade e distribuição uniforme de calor. Acompanha tampa do mesmo material. Alças bilaterais reforçadas em alumínio fundido, rebitadas, garantindo segurança no manuseio. Pegador da tampa resistente a altas temperaturas. Acabamento polido.	110,00	UN	118,97	13.086,70
23	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Caçarola industrial alta, com tampa e alças laterais, capacidade mínima de 8,0 litros. Material: Alumínio polido de alta resistência (linha hotel/industrial). Estrutura: Corpo confeccionado em alumínio reforçado, com espessura mínima de 3,0 mm (fundo e laterais) para garantir durabilidade e resistência ao uso contínuo. Alças: Duas alças bilaterais reforçadas, no mesmo material do corpo, fixadas de forma segura e ergonômica. Tampa: Tampa reforçada em alumínio, com pegador central (puxador) do mesmo material. Acabamento: Alumínio polido de alto brilho, com bordas polidas. Qualidade: Produto robusto, de alta performance, ideal para cocção de alimentos em grande escala, com espessura reforçada ("panela batida" ou "grossa").	142,00	UN	128,33	18.222,86
24	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Confeccionada em alumínio espesso (reforçado), com espessura mínima de 3,0 mm, garantindo alta resistência e distribuição uniforme de calor. Capacidade volumétrica mínima de 12,0 litros. Acompanha tampa do mesmo material, com alça reforçada.	115,00	UN	131,56	15.129,40

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	da. Alças bilaterais fixas, reforçadas e polidas, adequadas para uso intenso em cozinhas (linha hotel/industrial). Acabamento polido externo e interno.				
25	GARRAFA TÉRMICA, capacidade mínima de 1 Litro, com sistema de servimento via mecanismo de pressão (bomba) na tampa. Corpo externo em material resistente (aço inox ou plástico de alto impacto) e ampola interna de vidro ou aço inox, garantindo isolamento térmico eficiente. Deve possuir alça para transporte e tampa com vedação rosqueável. Conservação térmica mínima de 6 horas para líquidos quentes ou frios.	133,00	UN	88,66	11.791,78
26	GARRAFA TÉRMICA, Capacidade mínima de 5 litros, com sistema de acionamento por pressão manual (bomba/pump) e alça superior resistente para transporte. Estrutura externa em material rígido (plástico de alta resistência), com base estável. Ampola interna de material inquebrável de alta qualidade. Deve manter a temperatura (quente/frio) por, no mínimo, 5 horas.	115,00	UN	111,76	12.852,40
27	BOTIJÃO TÉRMICA PARA LÍQUIDOS FRIO OU QUENTE, Botijão térmico para líquidos (quentes ou frios), com capacidade volumétrica mínima de 12 litros. Estrutura externa em aço inox (ou aço inox revestido) e isolamento térmico eficiente. Componentes funcionais: torneira de alta vazão com vedação (anti-gotejamento), alça superior resistente para transporte e pés retráteis ou fixos que confirmem estabilidade e altura adequada para servir. Tampa roscável ou com travamento seguro. Material atóxico. Indicado para conservação de longa duração (quente/frio).	107,00	UN	421,14	45.061,98
28	JARRA DE VIDRO, Material: Vidro incolor, resistente e higiênico. Formato: Redondo. Capacidade (aprox. 2 litros). Componentes: Com alça fixa, resistente e ergonômica, acoplada ao corpo. Modelo de boca larga (tipo jarra de suco/água) que permita fácil higienização.	169,00	UN	56,99	9.631,31
29	CHAIRA DIAMANTADA, Chaira/Afiador de facas profissional, tipo diamantada, formato da haste oval (para maior contato) ou circular, com haste em aço carbono revestida com micropartículas de diamante. Comprimento da haste de afiação a partir de 10 polegadas (aprox. 25 cm ou superior). Cabo anatômico/ergonômico em material polimérico (plástico) de alta resistência e antiderrapante, com furo para pendurar.	98,00	UN	251,47	24.644,06
30	PANELA DE PRESSÃO INOX 6L PROFISSIONAL, Painel de pressão de uso profissional, capacidade 6L, material aço inox. Componentes obrigatórios: visor de vidro temperado na tampa, fechamento reforçado e sistema de segurança certificado (INMETRO). Com fundo triplo para distribuição uniforme de calor.	88,00	UN	544,50	47.916,00
31	PANELA DE PRESSÃO 10 L, Painel de pressão industrial/semi-industrial, capa-	89,00	UN	212,50	18.912,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	cidade nominal de 10 litros. Estrutura em alumínio polido reforçado, com espessura de corpo mínima de 4,0mm para maior durabilidade. Sistema de fechamento externo com alças e cabo em baquelite antitérmico resistente a altas temperaturas. Tampa com guarnição de vedação em silicone ou borracha e dispositivos de segurança, incluindo válvula de trabalho e válvula de segurança de alívio. Compatível com fogão a gás e industrial. Certificação compulsória do INMETRO.				
32	PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL 22 L, capacidade nominal de 22 litros, confeccionada em alumínio polido de alta resistência. Sistema de fechamento externo com alças anatômicas. Acompanha válvulas de segurança (trabalho e peso) e trava de segurança que impede a abertura com pressão interna. Espessura do alumínio adequada para uso comercial pesado. Certificada pelo INMETRO.	79,00	UN	606,79	47.936,41
33	TERMÔMETRO DIGITAL INDUSTRIAL Termômetro digital infravermelho industrial, tipo pistola (portátil), com mira laser para precisão na medição. Faixa de trabalho entre -50°C e no mínimo +500°C. Com alarme de temperatura (alta/baixa) configurável e visor LCD com iluminação. Resolução de 0,1°C ou superior. Ajuste de emissividade (ou fixo em 0.95) e desligamento automático. Funcionalidade de retenção de dados (Data Hold) e memória de leitura máxima (MAX/MIN). Acompanha pilhas/bateria.	131,00	UN	315,54	41.335,74
34	POTE DE VIDRO DE USO GERAL, COM TAMPA DE ROSCA EM POLIPROPILENO (PP) COM VEDAÇÃO EFICIENTE. TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 2,5 LITROS (+/- 5%). MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE, PRÓPRIO PARA ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS OU MATERIAIS DIVERSOS.	265,00	UN	33,01	8.747,65
35	BACIA CANELADA MÉDIA, Bacia plástica multiuso, modelo canelado, capacidade nominal 12 Litros. Material: Polipropileno (PP) de primeira linha, atóxico, lavável e reforçado. Dimensões aproximadas: diâmetro superior entre 35cm e 40cm. Transparente ou branco (será aceito, a critério da administração, cores sortidas caso o licitante não possua em cor única).	169,00	UN	26,18	4.424,42
36	BACIA CANELADA GRANDE, Capacidade nominal de 20 litros (com variação aceitável de $\pm 5\%$). Material: Polipropileno (PP) virgem, atóxico e resistente. Design: Canelado (estriado) para maior reforço estrutural. Formato: Redondo ou oval, com alças laterais integradas/reforçadas para transporte. Cores: Transparente ou branco (ou translúcido). Dimensões aproximadas: Diâmetro superior entre 45cm a 55cm. O produto deve ser inquebrável em uso normal.	154,00	UN	37,02	5.701,08
37	LUVA TÉRMICA PARA FOGÃO E FORNO, luva térmica cano longo para manuseio em forno e fogão cozinha, 100% poliéster com resina acrílica, com cano longo de aproximadamente 30 cm.	167,00	PAR	34,81	5.813,27
38	KIT DE 3 PENEIRA EM AÇO INOX, Kit de peneiras composto por 3 (três) unidades de	120,00	KIT	33,50	4.020,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	tamanhos distintos (pequena, média e grande). Material: Totalmente em aço inoxidável, resistente a corrosão e ferrugem, com malha fina. Diâmetros aproximados: 1 (uma) unidade de 7 a 9 cm; 1 (uma) unidade de 9 a 11 cm; 1 (uma) unidade de 11 a 13 cm. Estrutura: Cabo em aço inox e borda reforçada. Ideal para uso doméstico/industrial, coagem e polvilhamento.				
39	MINI PANELA DE MOLHO. Capacidade aproximada de 500ML. Material: aço inoxidável com revestimento interno antiaderente. Características: cor prata/polido, com cabo ergonômico lateral (ou alça) resistente ao calor. Componentes: com marcação de volumetria interna (graduação) para facilitação de preparo. Uso: compatível com cooktop de indução e fogão a gás.	109,00	UN	105,45	11.494,05
40	JOGO DE POTES HERMÉTICO COM TAMPA. Jogo de potes organizadores com vedação hermética, composto por 10 (dez) peças de tamanhos variados, ideal para armazenamento de alimentos secos e mantimentos. Formato: Quadrado ou retangular (modular/empilhável), otimizando espaço. Material: Plástico atóxico de alta transparência (tipo poliestireno, acrílico ou polipropileno rígido), livre de BPA (BPA Free). Vedação: Sistema de fechamento hermético com borracha/silicone de vedação tripla ou dupla, garantindo isolamento contra umidade e ar. Tampa: Sistema de abertura fácil (Easy-Open ou trava central/clique), transparente ou incolor. Composição do Kit (10 peças - capacidades variadas): 4 unidades de alta capacidade (aprox. 1,8L a 2,0L); 4 unidades de média capacidade (aprox. 900 ml a 1,2L); 2 unidades de pequena capacidade (aprox. 400ml a 600ml). Características adicionais: Empilháveis, encaixe seguro, transparência que facilita a visualização do conteúdo.	201,00	JG	159,47	32.053,47
41	ESCORREDOR DE LOUÇAS PROFISSIONAL/INDUSTRIAL, 3 ANDARES, AÇO INOXIDÁVEL. Material: Estrutura inteiramente em aço inoxidável, resistente à corrosão e higiênico, ideal para cozinhas profissionais. Capacidade: Capacidade mínima para 60 pratos. Estrutura: 03 (três) andares/níveis dispostos verticalmente. Design/Funcionalidade: Andares superiores com divisórias para acomodação de pratos. Base inferior reta ou reforçada, adequada para acomodação de copos, xícaras e talheres. Pés com acabamento em material antiderrapante ou estruturados para bancada (fixos). Acabamento: Inox escovado ou polido, com cantos seguros (sem rebarbas cortantes).	79,00	UN	439,93	34.754,47
42	ESPÁTULA DE SILICONE (PÃO DURO) - Utensílio culinário monobloco (inteiriço), estrutura e cabo em silicone de alta densidade, livre de BPA (BPA Free). Flexível, higiênica, resistente a altas temperaturas (mínimo 200°C), antiaderente, não risca painéis. Tamanho aproximado: entre 25 cm	113,00	UN	25,50	2.881,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	e 30 cm de comprimento total. Cor: Neutra/Variada.				
43	CUSCUZERA EM ALUMÍNIO, capacidade de 5 litros. Confeccionada em alumínio reforçado (linha industrial), monobloco (sem emendas), com base, tampa e cone encaixável para cozimento a vapor. Alças laterais em material antitérmico (baquelite) ou alumínio rebitado. Estrutura espessa para evitar deformidades com o calor.	75,00	UN	92,67	6.950,25
44	ESCORREDOR INDUSTRIAL DE ALIMENTOS (ARROZ/MACARRÃO) Escorredor industrial de alta capacidade, fabricado em alumínio reforçado (linha hotel/profissional), com alta durabilidade e resistência a deformidades. Estrutura monobloco, possuindo microfuros laterais e na base para escoamento eficiente, com diâmetro dos furos de no máximo 2mm, para evitar passagem de grãos. Diâmetro aproximado de 30cm a 35cm e altura aproximada de 17cm a 20cm. Deve possuir alças laterais firmes e base de apoio (pé) para estabilidade. Acabamento polido. Garantia mínima de 6 meses contra defeitos de fabricação	76,00	UN	112,33	8.537,08
45	CUBA GASTRONOMICA GN 1/2 COM ALÇA E TAMPA D EINOX Cuba padrão Gastronorm (GN 1/2), produzida inteiramente em aço inoxidável AISI 304 (resistente à corrosão e adequado para contato com alimentos), com alças móveis laterais para transporte. Dimensões nominais de 325x265mm (padrão GN 1/2) e profundidade de aproximadamente 100mm, com capacidade nominal aproximada de 6,5 a 7 litros. Estampagem monobloco (sem solda), cantos arredondados, polimento eletrolítico para facilitar a limpeza. Acompanha tampa em aço inox com encaixe perfeito para o modelo (com ou sem abertura para concha).	135,00	UN	141,92	19.159,20
46	CALDEIRÃO INDUSTRIAL: Caldeirão de cozinha, confeccionado em alumínio polido de alta resistência (linha hotel), espessura mínima de 3 mm. Capacidade aproximada de 32 a 33 litros. Deve acompanhar tampa de alumínio com encaixe firme e alças laterais reforçadas, inteiriças ou rebitadas, que garantam segurança no manuseio e transporte.	89,00	UN	326,63	29.070,07
47	KIT BACIA DE ALUMÍNIO REDONDA, Descrição Detalhada: Kit de bacias redondas, material alumínio polido, material super resistente e durável, não enferruja, ideal para uso geral/industrial. Composto por 03 (três) unidades nos tamanhos/volumes aproximados: Bacia 1: Diâmetro N° 30 (aprox. 30cm), capacidade volumétrica de aproximadamente 2, a 3 litros. Bacia 2: Diâmetro N° 40 (aprox. 40cm), capacidade volumétrica de aproximadamente 6 a 7 litros. Bacia 3: Diâmetro N° 50 (aprox. 50cm), capacidade volumétrica de aproximadamente 12 a 13 litros. Características Técnicas: Material: Alumínio polido reforçado. Espessura: Mínima de 0,70 mm. Acabamento: Bordas arredondadas e acabamento	91,00	KIT	118,24	10.759,84

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	polido.				
48	BACIA DE PLÁSTICO COM TAMPA E ALÇA Bacia plástica com tampa de encaixe firme, com alça(s) lateral(ais) para transporte. Capacidade volumétrica nominal de 6 litros (variação aceitável de $\pm 5\%$). Material plástico incolor ou branco, de alta resistência (reforçado), atóxico e inodoro. Cor: Branca ou incolor.	180,00	UN	26,32	4.737,60
49	COLETOR/CONTÊINER DE RESÍDUOS COM PEDAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 LITROS. Material: Confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP), 100% virgem, injetado, com aditivos contra raios UV e antioxidantes para resistência a intempéries e lavagens. Estrutura: Corpo rígido com cantos arredondados, tampa articulada e pedal resistente com acionamento superior ou lateral que permita a abertura da tampa sem contato manual. Rodas: Equipado com duas rodas de borracha maciça (diâmetro aproximado de 200 mm) para facilitação de transporte e eixo em aço galvanizado. Cor: Branca. Capacidade/Carga: Mínima de 120 litros, compatível com os sacos de lixo de mercado (aprox. 90x100cm) e capaz de suportar peso nominal conizente com a capacidade (conforme padrão ABNT/Conama). Acabamento: Superfície interna polida para facilitar a higienização.	100,00	UN	350,07	35.007,00
50	JARRA DE PLÁSTICO 4 LITROS: Jarra plástica de alta resistência (polipropileno), com alça lateral acoplada e tampa. Capacidade de 4 litros. Transparente, com bico direcionador para servir. Material atóxico.	173,00	UN	26,06	4.508,38
51	ASSADEIRA/TRAVESSA DE VIDRO RETANGULAR Material: Vidro temperado ou borossilicato (incolor/transparente). Formato retangular, com bordas para manuseio. Características: Alta resistência a choques térmicos, apto para forno e micro-ondas. Capacidade volumétrica: Mínima de 2 litros. Dimensões gerais compatíveis com o padrão de mercado (aprox. 36cm x 22cm), permitindo variações de até 10% para mais ou para menos.	179,00	UN	50,29	9.001,91
52	PINCEL CULINÁRIO DE SILICONE Pincel culinário de uso geral, atóxico, próprio para contato com alimentos. Cerdas em silicone flexível, ideal para untar formas e pincelar alimentos sem riscar utensílios. Cabo em material plástico rígido (tipo polipropileno ou acrílico), ergonômico. Resistente a altas temperaturas (superior a 150°C). Comprimento total: aprox. 20 cm (tolerância de +/- 10%).	151,00	UN	17,30	2.612,30
53	ACENDEDOR AUTOMÁTICO PARA FOGÃO A GÁS, PORTÁTIL. ACIONAMENTO POR BOTÃO (TIPO CLIQUE/PRESSÃO). GERADOR DE FAÍSCAS ELÉTRICAS DE ALTA INTENSIDADE. COMPOSIÇÃO: METAL E PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. HASTE LONGA PARA ACENDIMENTO SEGURO E CONFORTÁVEL. TIPO: MANUAL/PORTÁTIL. CERTIFICADO PELO INMETRO (SE APLICÁVEL).	209,00	UN	16,72	3.494,48
54	PILÃO COM SOCADOR,	116,00	UN	38,98	4.521,68

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	utensílio de cozinha para macerar e triturar, confeccionado em material plástico resistente, atóxico (livre de BPA) e de fácil higienização, cor branca. Composto por copo (pilão) e mão (socador). Capacidade do copo: Mínima de 500 ml e máxima de 600 ml. Medida do socador: Compatível com o tamanho do copo para garantir a funcionalidade (tamanho aproximado entre 15cm e 18cm). O material deve ser robusto e adequado para uso intenso em copa/cozinha.				
55	SUPORTE PARA ÓLEO, Suporte organizador de mesa/bancada para garrafa de óleo e/ou vinagre. Confeccionado em material plástico resistente (polipropileno ou similar), atóxico. Formato compacto, com alça de transporte, medindo aproximadamente 13x9x16 cm (com tolerância de 10% para mais ou para menos nas dimensões). Cor neutra.	87,00	UN	16,10	1.400,70
56	BATEDEIRA PLANETÁRIA Batedeira planetária de bancada/pedestal para uso profissional leve ou doméstico intensivo. Capacidade da tigela (Bowl): Aço inoxidável, com capacidade total entre 4,5 Litros e 6,0 Litros. Potência: Mínima de 700 W (potência nominal/real). Velocidades: Mínimo de 8 velocidades com controle eletrônico/variável. Sistema de Batimento: Movimento planetário (batedor gira em torno de seu próprio eixo e ao redor do centro da tigela simultaneamente). Acessórios Incluídos: Mínimo de 3 tipos de batedores em metal (robustos): Batedor tipo Globo/Balloon (massas leves: claras, cremes); Batedor tipo Raquete/Pá (massas médias: bolos, biscoitos); Batedor tipo Gancho/Espiral (massas pesadas: pães, pizzas). Tensão/Voltagem: 127 V. Características Adicionais: Tampa antirrespingos com abertura para adição de ingredientes, base com pés antiderrapantes ou ventosas para fixação. Marca de Referência: Qualidade igual ou superior à Oster, Mondial Premium, Arno ou Braesi. Garantia: Mínimo de 12 meses. .	31,00	UN	870,30	26.979,30
57	BALANÇA DIGITAL Tipo: Balança digital de uso pessoal/adulto, para pesagem corporal. Capacidade: Pelo menos, até 180 kg. Precisão/Gradação: Divisão máxima de 100g. Sistema de Sensores: Alta precisão (strain gauge ou similar). Plataforma: Vidro temperado de alta resistência, espessura mínima de 6 mm. Visor: LCD ou LED de fácil leitura, com tamanho mínimo de 60 x 25 mm (ou área de visualização equivalente). Funcionalidades: Acionamento e desligamento automático (toque ou pressão). Indicador de sobrecarga e bateria fraca. Opções de unidade de medida em Quilogramas (Kg) e Libras (lb). Alimentação: Funciona com pilhas ou bateria (inclusas). Design:	47,00	UN	116,21	5.461,87

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	Formato quadrado ou retangular, com pés antiderrapantes para segurança. Garantia: Mínima de 12 meses. Marca de referência: Qualidade igual ou superior a Mondial, Rhino ou Multilaser.				
58	<p>BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL PROFISSIONAL Balança eletrônica de coluna, uso profissional alta precisão. Capacidade e Precisão: Capacidade mínima de 200 kg com divisões de 100g. Antropômetro: Régua antropométrica incorporada em alumínio anodizado, com escala de medição de altura de até 2,00 m e divisão de 0,5 cm. Visor/Display: Visor digital em LED de alta visibilidade. Estrutura: Plataforma de pesagem antiderrapante (tapete em PVC ou similar) e estrutura em chapa de aço carbono com pintura epóxi anticorrosiva na cor preta ou branca. Funcionalidades: Função TARA para descontar peso de vestuário/objetos até a capacidade máxima, pés reguláveis para nivelamento em borracha sintética. Alimentação: 110v Certificação: Homologada pelo INMETRO e aferida pelo IPEM (conforme portaria vigente). Garantia: Mínimo de 12 (doze) meses.. Assistência Técnica: Assistência técnica autorizada em todo território nacional. Marcas de Referência: welmy, Micheletti e Balmak (similar ou superior em qualidade).</p>	25,00	UN	1.632,50	40.812,50
59	FORMA REDONDA COM FURO, forma de alumínio redonda com furo no meio grande, medida aproximada 30 cm de diâmetro.	110,00	UN	48,80	5.368,00
60	BANDEJA DE INOX, Bandeja de aço inoxidável AISI 304 ou 430, retangular, com alças laterais. Medidas aproximadas de 49x37cm (com margem de variação de 5% para mais ou para menos). Bordas levemente elevadas para evitar derramamento.	170,00	UN	103,00	17.510,00
61	COPO DE VIDRO, para uso geral, material incolor e transparente, resistente a impactos leves e variações térmicas (tipo temperado ou parede reforçada). Capacidade nominal aproximada de 280 ml a 320 ml. Permite variações de design (liso, trabalhado).	1.872,00	UN	13,31	24.916,32
62	FACA DE MESA, LÂMINA SERRILHADA DE ALTA DURABILIDADE, CABO EM POLIPROPILENO (OU MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA) NA COR PRETA, TAMANHO COMPATÍVEL COM O USO DIÁRIO (APROX. 4 POLEGADAS DE LÂMINA OU 18-20CM TOTAL).	663,00	UN	4,82	3.195,66
63	JARRA MEDIDORA Recipiente medidor de líquidos e ingredientes, capacidade mínima de 500ml, material vidro temperado incolor, alta resistência a choque térmico. Possui alça, bico vertedor e marcações de graduação claras (em ml e outros padrões) de fácil leitura.	125,00	UN	18,77	2.346,25
64	TRAVESSA OVAL DE INOX, BANDEJA PARA SERVIR ALIMENTOS, FORMATO OVAL, ACABAMENTO POLIDO/BRILHANTE. MEDIDAS APRO-	126,00	UN	73,72	9.288,72

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	XIMADAS: COMPRIMENTO ENTRE 38CM E 42CM E LARGURA ENTRE 20CM E 25CM. MATERIAL HIGIÊNICO, RESISTENTE E DURÁVEL, APTO PARA USO INDUSTRIAL/COMERCIAL.				
65	TRAVESSA OVAL DE INOX, HIGIÊNICO E DE FÁCIL LIMPEZA. IDEAL PARA SERVIR ALIMENTOS E SALADAS EM BUFFETS, RESTAURANTES E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO. ACABAMENTO POLIDO (BRILHANTE). higiênico e de fácil limpeza. Ideal para servir alimentos e saladas em buffets, restaurantes e serviços de alimentação. Acabamento polido (brilhante). Dimensões aproximadas: Comprimento de 24 cm a 26 cm x Largura de 15 cm a 17 cm. Formato: Oval.	128,00	UN	40,70	5.209,60
66	PRATO DE SOBREMESA, MATERIAL VIDRO TEMPERADO, INCOLOR/TRANSPARENTE, FORMATO REDONDO OU QUADRADO, TIPO RASO. DIÂMETRO/MEDIDA APROXIMADA ENTRE 18 CM E 20 CM. RESISTENTE A LAVAGENS EM MÁQUINA E AO USO EM MICRO-ONDAS.	3.580,00	UN	8,28	29.642,40
67	COLHER DE SOBREMESA EM AÇO INOXIDÁVEL, MONOBLOCO (PEÇA ÚNICA), COM ACABAMENTO POLIDO OU ALTO BRILHO. COMPRIMENTO TOTAL APROXIMADO ENTRE 16 CM E 17 CM. MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO E LAVÁVEL EM MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS.	4.360,00	UN	4,09	17.832,40
68	GARRAFA TÉRMICA, capacidade mínima de 2 litros, de uso profissional/doméstico. Sistema de saída de líquidos por pressão (bombeamento). Estrutura externa em aço inox o e ampola interna de vidro ou aço inoxidável, garantindo eficiência térmica (mínimo de 6 horas para líquidos quentes). Com alça ergonômica para transporte.	119,00	UN	160,66	19.118,54
69	PANELA DE ALUMÍNIO 15 L, anela de alumínio fundido/batido, resistente e de alta espessura (grossa), com tampa e alças laterais em alumínio reforçado. Capacidade mínima: 15 litros. Ideal para cocção industrial/cozinha comunitária.	101,00	UN	187,38	18.925,38
70	CANECA DE ALUMÍNIO, CANECA EM ALUMÍNIO, TIPO HOTEL/REFORÇADO, COM ALÇA EM MATERIAL RESISTENTE AO CALOR (MADEIRA OU BAQUELITE). CAPACIDADE: MÍNIMA DE 5,0 LITROS. COM ORLA REFORÇADA.	116,00	UN	64,75	7.511,00
71	ORGANIZADOR PLÁSTICO DE TALHERES COM TAMPA 4 DIVISÕES Organizador de gaveta para talheres e utensílios, com tampa transparente inclusa. Material: Plástico rígido de alta resistência e durabilidade (polipropileno ou similar), atóxico. Cor: Branca (estrutura). Divisórias: Mínimo de 04 (quatro) compartimentos de tamanhos variados para separação de garfos, facas, colheres e utensílios de servir. Dimensões: Aproximadamente 54 cm (comprimento) x 33 cm (largura) x 10 cm (altura). Permitido variação de +/- 10% nas medidas para garantir a aceitação de diferentes marcas no	136,00	UN	52,60	7.153,60

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	mercado. Características: Tampa com encaixe firme para proteção contra poeira e higiene. Estrutura robusta, não flexível, com cantos arredondados para facilitar a limpeza. Qualidade: Material resistente a lavagens manuais frequentes.				
72	COLHER DE SERVIR INDUSTRIAL, TIPO ARROZ. Fabricada inteiramente em aço inoxidável AISI 304 ou 430 (não poroso), material reforçado. Comprimento: mínimo de 50 cm. Acabamento polido, cabo ergonômico, alça para pendurar, sem emendas para evitar acúmulo de resíduos. Resistente a altas temperaturas e laváveis em máquina.	169,00	UN	46,63	7.880,47
73	COLHER DE POLIETILENO PARA COZINHA INDUSTRIAL TIPO REMO Material atóxico, inodoro e de alta densidade. Resistente a altas temperaturas (mínimo 90°C), ideal para manipulação de alimentos em painéis industriais e caldeirões. Cor branca. Comprimento total aproximado entre 40 cm a 50 cm.	141,00	UN	79,95	11.272,95
74	PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL 18 LITROS, Panela de pressão para uso profissional/industrial, com capacidade volumétrica de 18 litros (tolerância de +/- 5%). Confeccionada em alumínio polido com espessura reforçada (mínimo 3mm), garantindo rápida distribuição de calor. Sistema de fechamento externo com travas de segurança. Cabo e alças em material baquelite antitérmico para manuseio seguro. Acompanha borracha de vedação e válvula de segurança de trabalho e de segurança extra.	84,00	UN	855,67	71.876,28
75	PÁ COLHER REFORÇA PARA CALDEIRÃO. Pá Colher Reforçada para Caldeirão (tipo remo), em polietileno atóxico de alta densidade (PEAD). Uso: Industrial, ideal para mexer alimentos em grandes painéis/caldeirões. Características: Material rígido, impermeável, resistente a altas temperaturas (mínimo 100°C), antiaderente e de fácil higienização. Dimensões: Comprimento total aproximado de 90 cm a 100 cm. Cor: Branca.	171,00	UN	205,58	35.154,18
76	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS. Multiprocessador de alimentos multifuncional, indicado para uso intensivo em cozinha (doméstica ou pequenas produções), capaz de ralar, fatiar, picar, triturar, moer, bater massas e liquidificar. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DE DESEMPENHO Potência: Motor robusto com potência mínima de 700W, garantindo processamento de alimentos rígidos. Velocidades: Mínimo de 2 (duas) velocidades + função pulsar para controle preciso. Capacidade da Jarra/Tigela: Tigela de processamento principal: Capacidade útil mínima de 1,5 litros. Jarra Liquidificador: Capacidade útil mínima de 1,5 litros. Material: Jarra/Tigela em material de alta resistência Tigela e jarra em material resistente, sendo aceito plástico de alta durabilidade livre de BPA (ex: copoliéster/Tritan). Processamento: Tampa com bocal largo para alimentação de alimentos inteiros ou grandes pedaços. Segurança: Sistema	47,00	UN	634,50	29.821,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	de trava de segurança que impede o funcionamento com a tampa ou jarra mal encaixadas. Estabilidade: Base com pés antideslizantes (ventosas) para firmeza durante o uso. Armazenamento: Sistema de armazenamento de cabo elétrico. Elétrica: Voltagem/Tensão: 127V ou bivolt automático. Cordão de alimentação certificado pelo INMETRO. ACESSÓRIOS INCLUSOS O equipamento deve acompanhar, no mínimo, os seguintes acessórios, com lâminas em aço inoxidável: Lâmina de corte/picador (faca universal): Para picar carnes, legumes, verduras, triturar gelo e grãos. Discos intercambiáveis: Mínimo de 02 discos metálicos para ralar e fatiar (cortes finos e médios). Batedor de massas: Batedor plástico ou metálico para massas leves e pesadas. Disco emulsificador: Para maioneses, claras em neve, cremes e molhos. Conjunto Liquidificador: Jarra liquidificadora com lâminas próprias. Garantia mínima de 12 (doze) meses, fornecida pelo fabricante, contada a partir do recebimento definitivo. Manual de instruções em português. Referência de Qualidade: Arno, Oster, Britânia, Philco equivalente ou superior.				
77	LIQUIDIFICADOR TRITURADOR INDUSTRIAL Liquidificador de alta rotação para uso industrial/comercial, projetado para processar alimentos e líquidos, com capacidade nominal de 4 litros. Estrutura robusta em aço inoxidável e copo/jarra também em aço inoxidável. Características Técnicas Mínimas Capacidade: 4 Litros. Corpo e Copo: Aço inox (aço inoxidável). Conjunto de lâminas/Hélice: Aço inox. Tensão/Voltagem: 110V (ou 127V). Rotação: Alta Rotação (aproximadamente 18.000 rpm ou superior). Potência: Mínima de 800W até 1200W (compatível com alta rotação de 4L). Sistema de vedação: Tampa atóxica de borracha ou vedação hermética. Segurança: Equipamento em conformidade com as normas NR-12 e INMETRO. Uso: Industrial, contínuo, indicado para sucos, molhos e cremes (líquidos e misturas leves/médias). Dimensões: Compatíveis com o volume de 4 litros e de uso industrial de bancada (não doméstico). Peso: Compatível com equipamento de uso comercial. arcas de Referência (ou similar/superior em qualidade): Skymen (Linha alta rotação 4L). Berman. KD Eletro. Metvisa.	50,00	UN	1.136,00	56.800,00

VALOR TOTAL: R\$ 1.462.683,70 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos)

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o(s) item(s) cujo valor seja de até 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para o(s) item(s) aos quais houver submetidos a separação de cota de 25%, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2.5.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2. e 2.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **ITEM**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer os itens especificados neste documento, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal requisitante, observadas as normas legais vigentes como também as cláusulas e condições nele contidas;

6.1.2. Cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no presente instrumento, assumindo de forma exclusiva todos os riscos, custos e despesas inerentes à perfeita execução do objeto contratual;

6.1.3. Apresentar antes da assinatura do contrato/ARP, certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores alocados à execução do objeto da contratação, bem como manutenção destas certidões atualizadas a cada 6 (seis) meses, a guarda das respectivas fichas cadastrais e a disponibilização de acesso a documentação para fins de fiscalização.

6.1.4. Efetuar a entrega do objeto nas condições, especificações, prazo e local estipulados neste contrato e seus anexos;

6.1.5. Acompanhar a entrega da respectiva nota fiscal, que deverá conter, de forma clara: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.6. Fornecer materiais originais, novos, de primeira linha e perfeitamente adequados ao uso a que se destinam, em estrita conformidade com os quantitativos e especificações técnicas do Termo de Referência e sua proposta;

6.1.7. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, quantidade, conformidade e resistência dos materiais fornecidos;

6.1.8. Providenciar a substituição imediata, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, de qualquer produto que apresente vício intrínseco ou extrínseco, defeito, avaria ou não conformidade que o torne impróprio, inadequado ao uso ou que diminua seu valor;

6.1.9. Realizar o reparo, a substituição ou a correção de qualquer avaria ou defeito, **às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados da notificação formal pela CONTRATANTE.

6.1.10. Corrigir imediatamente quaisquer deficiências, falhas ou irregularidades identificadas no ato da entrega;

6.1.11. Assumir total responsabilidade por quaisquer vícios ou danos decorrentes do objeto contratual, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

6.1.12. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo de entrega, apresentando comprovação cabal do motivo;

6.1.13. Disponibilizar canais oficiais de comunicação (e-mail corporativo e número de WhatsApp com confirmação de leitura ativada) permanentemente acessíveis para contato pela CONTRATANTE;

6.1.14. Arcar com todas as despesas, custos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, fretes, taxas, deslocamentos e quaisquer outros ônus incidentes sobre a execução do presente contrato;

6.1.15. É vedada a transferência, total ou parcial, a terceiros das obrigações ora assumidas, sem a anuência prévia e por escrito da CONTRATANTE.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Receber o objeto nos prazos e condições pactuados;

6.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos materiais;

6.2.3. Verificar, no prazo estipulado, a conformidade dos itens entregues em caráter provisório com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, para fim de aceitação e recebimento definitivo;

6.2.4. **Notificar formalmente a CONTRATADA**, por escrito, acerca de quaisquer imperfeições, não conformidades ou irregularidades identificadas no objeto fornecido, para os devidos fins de substituição, reparo ou correção;

6.2.5. Informar à CONTRATADA as normas, procedimentos e protocolos de acesso vigentes em suas instalações para a realização da entrega, comunicando previamente qualquer alteração nesses preceitos;

6.2.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de comissão ou servidor devidamente designado para tal fim;

6.2.7. Efetuar o pagamento correspondente ao objeto fornecido, conforme as condições financeiras e o cronograma estabelecidos no contrato;

6.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à execução do objeto pactuado;

6.2.9. A Administração não se responsabilizará por quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que relacionadas à execução deste Termo, nem por eventuais danos a terceiros decorrentes de atos ou omissões da CONTRATADA, de seus prepostos ou empregados.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. O prazo para execução do objeto desta licitação será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de empenho, conforme o caso. Esse intervalo temporal foi estabelecido considerando a natureza dos itens a serem fornecidos utensílios de cozinha e equipamentos como balanças, liquidificadores, processadores e batedeiras que demandam tempo compatível com a fabricação, a separação dos produtos e a logística de entrega, sem, contudo, comprometer a celeridade necessária ao atendimento das unidades escolares.

7.1.2. O prazo é único e válido para qualquer empresa eventualmente vencedora do certame, independentemente de sua localização geográfica no território nacional. A fixação de um período uniforme visa assegurar a igualdade de condições entre os licitantes e a transparência na execução contratual, evitando distinções que possam favorecer determinadas regiões em detrimento de outras. Cabe à contratada, portanto, planejar adequadamente suas rotas de distribuição e estoques para cumprir o cronograma, ainda que distante do local de entrega, arcando com os custos e responsabilidades decorrentes do transporte.

7.1.3. A opção pelo prazo de trinta dias corridos mostra-se equilibrada: é suficientemente elástico para permitir o cumprimento regular das obrigações por fornecedores de diferentes portes e localidades, mas também é restrito o bastante para não retardar a reposição dos materiais, cuja falta nas cozinhas escolares pode impactar diretamente a qualidade da alimentação dos alunos.

7.1.4. Dessa forma, a Administração Pública garante que os bens cheguem tempestivamente às unidades destinatárias, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

7.2. LOCAL DE ENTREGA

7.2.1. A entrega do produto referente a solicitação da SEMED dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru e deverão ser entregues na na sede do Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 4730, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

7.2.2. **Escolas da Zona Rural e Distritos (Tarilândia e Jaru-Uaru):** A entrega ocorrerá na sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Goiás, nº 956, Setor 02, Jaru/RO) ou, mediante acordo na Ordem de Fornecimento, poderá ser autorizada a retirada pela unidade em local indicado pela contratada dentro do perímetro urbano de Jaru.

7.2.3. **Escolas da Zona Urbana:** A entrega será descentralizada, devendo ocorrer diretamente na Unidade Escolar solicitante mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo respectivo Conselho Escolar.

7.2.4. DOS ENDEREÇOS DE ENTREGA

UNIDADE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal De Educação	Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 - 4730.
E.M.E.F. Aldemir Lima Cantanhede	Rua: Mamoré, 1502, Setor 01-A
E.M.E.F. Abrão Rocha	Rua: Marechal Rondon, 2258. Setor 03
E.M.E.I.E.F. Prof. Beatriz Mireya	Rua: Osvaldo Cruz, 2675, Setor 04

E.M.E.F. Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05
E.M.E.I. Primavera	Linha Primavera nº2536 Quadra 07
E.M.E.F. Maria De Lourdes Da Silva	Rua: Raimundo Barreto, 863. Setor 07
E.M.E.F. Menézio De Victo	Rua: Jean Carlos Muniz, S/N. Jardim dos Estados.
E.M.E.I. Prof. Elza Maria Fabris	Rua: Aírton Senna S/N. Jardim dos Estados
E.M.E.I.E.F. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua: Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08
E.M.E.I. Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1240, Setor 02
E.M.E.I. Prof. Zenir De Carvalho	Rua: Goiás, 840, esquina com Raimundo Barreto Setor 07
E.M.E.I. Tania Barreto	Rua: Rio Grande do Norte nº2565, esquina com Paraná
E.M.E.I. Gabriel Balmant Neves	Rua: Onofre Duarte de Oliveira, 3398. Setor 06
Centro Educacional De Bom Jesus	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Marechal Cordeiro De Farias	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Juscelino Kubitschek	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 , Setor 02
E.M.E.I.E.F. D Jaru-Uaru	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956, setor 02
E.M.E.I.E.F. José De Souza Silva	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 setor 02
E.M.E.I. Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Goiás, 3881, setor 02

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 dias no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de talhado, que deverá ser de até 10 (dez) dias após o atesto do recebimento provisório.

7.3.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, que deverá ser de até 10 (dez) dias.

7.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

7.4.2. Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.5.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.5.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA

8.1. DO CONTRATO

8.1.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.1.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

8.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o disposto no inciso IV do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

10. DO PAGAMENTO

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

10.2. DA LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21](#)

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. contiver vícios insanáveis;

- 12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:
- 12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.
- 13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a)**.

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

13.18. Da Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

g) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista;

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.
- c) Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.
- d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link www.tst.jus.br/certidao Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.20.1. A Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação de qualificação técnica no caso de compras. A exigência aqui somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que justifique esse cuidado.

13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:

a) Certidão Negativa de **Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

c1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas a curto e longo prazo.

c3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

e) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado **da parcela pertinente**.

f) Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

13.22. Das Declarações:

a) Termo de Compromisso (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.22.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: supel@jaru.ro.gov.br, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>. Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em [https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se for o caso](https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se%20for%20o%20caso).

18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Jaru – RO, 21 de maio de 2026.

Ivanilda Lucas de Andrade
PREGOEIRO (A)

Elaborado por: Amanda Lorraine Gomes Mourão do Prado
Assessor (a) de Expediente de Licitações

**ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS, visando a **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE COZINHA E MATERIAIS PARA SUPORTE E COLETA DE RESÍDUOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, pertencente a Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	004.015.728	CANECA DE VIDRO Caneca em vidro transparente de alta resistência. Capacidade: Mínima de 300ml. Diâmetro superior aproximado: entre 7,5cm e 8,5cm. Formato: Cilíndrico com alça reforçada. Deve ser apta para uso em micro-ondas e lava-louças.	3.656,00	UN	16,10	58.861,60
2	004.015.729	PRATO DE VIDRO TRANSPARENTE PARA REFEIÇÕES Material de alta resistência a impactos e variações térmicas (que possa ir ao micro-ondas e lava-louças). Formato redondo, bordas com acabamento liso (sem relevos internos), com diâmetro aproximado entre 21cm e 23cm. Produto atóxico, incolor e fácil de higienizar.	4.673,00	UN	14,99	70.048,27
3	004.015.730	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA - 10 LITROS. Caixa organizadora multiuso, confeccionada em polipropileno (PP) virgem ou material plástico de alta resistência. Cor branca (ou incolor/transparente para melhor visualização). Capacidade volumétrica mínima de 10 litros. Estrutura rígida, não vazada, formato retangular. Tampa de encaixe firme, com sistema de travas laterais (travas de segurança) que garanta o fechamento seguro e empilhamento.	288,00	UN	34,20	9.849,60
4	004.015.731	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA - 28 LITROS. Caixa organizadora de material plástico (polipropileno ou similar) resistente, formato retangular. Capacidade nominal mínima de 28 litros. Acompanha tampa hermética com sistema de travas laterais. Cor: Branca (ou incolor/transparente, se preferir). Empilhável.	290,00	UN	87,43	25.354,70
5	004.015.732	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA - 70 LITROS. Caixa em polipropileno (PP) de alta resistência (modelo fechado, sem furos). Cor branca. Capacidade: no mínimo 70 litros. Dimensões aproximadas: 700mm x 400mm x 300mm (comprimento x largura x altura - aproximadas para balizar o mercado). Deve possuir tampa com encaixe firme, alças ergonômicas e empilhamento estável, suportando carga de 30kg ou mais.	263,00	UN	154,05	40.515,15
6	004.015.733	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA - 130 LITROS. Caixa de plástico do tipo organizadora/fechada, fabricada em material termoplástico de alta resistên-	162,00	UN	394,35	63.884,70

		cia (Polipropileno - PP ou Polietileno de Alta Densidade - PEAD), cor branca, com capacidade aproximada de 130 litros. Estrutura: Corpo rígido e fechado (sem perfurações/vazamentos). Tampa: Acompanha tampa plástica de encaixe firme, com vedação adequada e resistente. Empilhamento: Desenvolvida para ser empilhável, com ou sem tampa, suportando o empilhamento de múltiplas unidades quando carregadas. *: Adequada para organização e armazenamento, lavável e atóxica. Capacidade: Aprox. 130 Litros.				
7	004.015.734	ASSADEIRA RETANGULAR DE ALUMÍNIO, tipo industrial/comercial, alta, formato retangular. Material alumínio polido ou fosco, resistente, de alta condutividade térmica. Dimensões aproximadas: comprimento 44 cm, largura 29 cm, altura 5 cm. Com ou sem alças laterais reforçadas. Ideal para assados e fornos industriais.	129,00	UN	87,58	11.297,82
8	004.015.735	RALADOR DE LEGUMES/ALIMENTOS 4 FACES, material totalmente em aço inoxidável, tipo box/vertical, com alça superior para manuseio. Possui quatro tipos de lâminas para corte: ralar grosso, ralar fino, fatiar e ralar em tiras (tipo julienne). Tamanho grande (aproximadamente 20 cm a 25 cm de altura), com lâminas afiadas e base reforçada para estabilidade.	112,00	UN	40,15	4.496,80
9	004.015.736	DESCASCADOR DE LEGUMES, portátil, uso profissional/cozinha, confeccionado totalmente em aço inox, lâmina móvel de fio liso, modelo ergonômico, comprimento compatível com uso manual confortável (tamanho padrão de mercado).	110,00	UN	45,89	5.047,90
10	004.015.737	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX PARA REFEIÇÃO. Utensílio de mesa para refeição. Material: 100% aço inoxidável, alta resistência à corrosão, acabamento polido ou brilhante. Dimensões: Comprimento total aproximado de 18 a 20 cm. Características: Peça inteira ou com cabo reforçado, bordas arredondadas e bojo formato "sopa" (formato concha/profundo) para consumo de alimentos líquidos e sólidos. Deve ser durável e compatível com lavagem industrial.	5.080,00	UN	7,46	37.896,80
11	004.015.738	CONCHA EM AÇO INOX, Confeccionada inteiramente em aço inoxidável, estrutura monobloco (peça única, sem emendas, rebites ou soldas entre o bojo e o cabo), garantindo higiene e facilidade na limpeza. Capacidade mínima de 90 ml. Acabamento polido. Deve apresentar resistência ao calor e ao uso contínuo em cozinhas industriais.	170,00	UN	43,99	7.478,30
12	004.015.739	ESCUMADEIRA DE COZINHA. Material em aço inoxidável, tipo monobloco (confeccionada em uma única peça, sem emendas ou soldas), com furos para drenagem, cabo firme com orifício para pendurar. Comprimento total aproximado entre 35cm e 40cm. Alta resistência à corrosão e calor.	173,00	UN	56,67	9.803,91
13	004.015.741	COLHER LONGA PARA SUCO - TIPO BAILARINA. Fabricada inteiramente em aço inoxidável, resistente à corrosão e oxidação. Cabo longo para utilização em jarras e copos altos. Comprimento mini-	124,00	UN	23,11	2.865,64

		mo de 30cm. Estrutura monobloco ou com cabo reforçado. Acabamento polido/brilhante..				
14	004.015.742	PEGADOR PARA SALADA E MASSAS, Pegador multiuso para saladas e massas, confeccionado em aço inoxidável resistente à corrosão e alta durabilidade, comprimento aproximado de 28 cm, com extremidades funcionais (colher e colher vazada/garra) para facilitar o manuseio e servir.	154,00	UN	29,33	4.516,82
15	004.015.743	FACA PROFISSIONAL PARA AÇOUQUE/CARNE, lâmina de 12 polegadas (aprox. 30cm), fio liso, com ponta. Lâmina em aço inoxidável temperado de alta durabilidade (tipo DIN 1.4110 ou superior). Cabo em polipropileno injetado, ergonômico, de fácil higienização, com proteção antibacteriana. Garantia de corte preciso e resistência à corrosão.	199,00	UN	128,25	25.521,75
16	004.015.744	FACA PARA LEGUMES - Faca pequena de cozinha para uso geral, descascar e cortar legumes/frutas. Lâmina em aço inoxidável com tratamento térmico (maior durabilidade), cabo injetado em polipropileno (material atóxico/higiénico), com proteção antimicrobiana. Lâmina com comprimento entre 3 e 4 polegadas. Fio liso.	159,00	UN	22,18	3.526,62
17	004.015.745	JOGO COM 06 TÁBUAS DE CORTE, Material: Polietileno de Alta Densidade (PEAD) atóxico, cor lisa (sem porosidade), lavável e resistente ao corte. Formato: Retangular, liso (sem canaletas para evitar acúmulo de resíduos), cantos arredondados. Dimensões Aproximadas: Mínimo de 30cm x 50cm. Espessura: Mínima de 8mm a 10mm (garantindo robustez e estabilidade). Cores/Uso: Jogo contendo cores variadas (recomenda-se padrão Anvisa: verde, vermelho, azul, amarelo, branco, bege) para evitar contaminação cruzada. Opcional: O jogo deve ser acompanhado de suporte/base para armazenamento. Aprovação: O material deve ser atóxico e inodoro, adequado para uso em cozinhas industriais.	89,00	JG	405,74	36.110,86
18	004.015.746	PORTA COPO DESCARTÁVEL, Suporte/Dispenser para copos de água descartáveis, tipo tubular. Capacidade para no mínimo 100 copos de 200ml. Confeccionado em aço inoxidável de alta resistência à corrosão (AISI 430 ou superior). Deve conter tampa superior removível para proteção contra poeira e sistema de garras/abas ajustáveis para liberação de um copo por vez (sistema poupa-copo). Fixação em parede (acompanha buchas e parafusos).	174,00	UN	78,35	13.632,90
19	004.015.747	CANECA DE ALUMÍNIO CAPACIDADE DE 02 LITROS. Estrutura reforçada, formato cilíndrico ou cônico, com cabo/alça revestido em madeira ou baquelite, oferecendo proteção antitérmica para manuseio. Acabamento polido.	102,00	UN	57,66	5.881,32
20	004.015.748	CANECA DE ALUMÍNIO CANECA EM ALUMÍNIO ESPESSO, COM CAPACIDADE PARA 3 LITROS. Deve conter alça revestida em madeira ou material térmico que impeça a transmissão de calor. Alta durabilidade, polida.	98,00	UN	57,25	5.610,50
21	004.015.749	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Caçarola industrial, confeccionada em alumínio polido de alta resistência (linha hotel/profissional).	113,00	UN	90,56	10.233,28

		Capacidade volumétrica mínima de 3,7 litros. Espessura de chapa reforçada, no mínimo 3,0 mm, garantindo resistência mecânica e uniformidade no calor. Deve acompanhar tampa em alumínio, com pegador resistente a altas temperaturas. Alças bilaterais fixas, reforçadas e no mesmo material da caçarola. Acabamento polido, isento de rebarbas ou cantos vivos.				
22	004.015.750	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Capacidade nominal mínima de 4,9 Litros. Fabricada em alumínio espesso (mínimo 3mm de espessura) para alta durabilidade e distribuição uniforme de calor. Acompanha tampa do mesmo material. Alças bilaterais reforçadas em alumínio fundido, rebatadas, garantindo segurança no manuseio. Pegador da tampa resistente a altas temperaturas. Acabamento polido.	110,00	UN	118,97	13.086,70
23	004.015.751	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Caçarola industrial alta, com tampa e alças laterais, capacidade mínima de 8,0 litros. Material: Alumínio polido de alta resistência (linha hotel/industrial). Estrutura: Corpo confeccionado em alumínio reforçado, com espessura mínima de 3,0 mm (fundo e laterais) para garantir durabilidade e resistência ao uso contínuo. Alças: Duas alças bilaterais reforçadas, no mesmo material do corpo, fixadas de forma segura e ergonômica. Tampa: Tampa reforçada em alumínio, com pegador central (puxador) do mesmo material. Acabamento: Alumínio polido de alto brilho, com bordas polidas. Qualidade: Produto robusto, de alta performance, ideal para cocção de alimentos em grande escala, com espessura reforçada ("panela batida" ou "grossa").	142,00	UN	128,33	18.222,86
24	004.015.752	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO COM TAMPA, Confeccionada em alumínio espesso (reforçado), com espessura mínima de 3,0 mm, garantindo alta resistência e distribuição uniforme de calor. Capacidade volumétrica mínima de 12,0 litros. Acompanha tampa do mesmo material, com alça reforçada. Alças bilaterais fixas, reforçadas e polidas, adequadas para uso intenso em cozinhas (linha hotel/industrial). Acabamento polido externo e interno.	115,00	UN	131,56	15.129,40
25	004.015.753	GARRAFA TÉRMICA, capacidade mínima de 1 Litro, com sistema de servimento via mecanismo de pressão (bomba) na tampa. Corpo externo em material resistente (aço inox ou plástico de alto impacto) e ampola interna de vidro ou aço inox, garantindo isolamento térmico eficiente. Deve possuir alça para transporte e tampa com vedação rosqueável. Conservação térmica mínima de 6 horas para líquidos quentes ou frios.	133,00	UN	88,66	11.791,78
26	004.015.754	GARRAFA TÉRMICA, Capacidade mínima de 5 litros, com sistema de acionamento por pressão manual (bomba/pump) e alça superior resistente para transporte. Estrutura externa em material rígido (plástico de alta resistência), com base estável. Ampola interna de material inquebrável de alta qualidade. Deve manter a temperatura (quente/frio) por, no mínimo, 5 horas.	115,00	UN	111,76	12.852,40
27	004.015.755	BOTIJÃO TÉRMICA PARA LÍQUIDOS FRIO OU QUENTE,	107,00	UN	421,14	45.061,98

		Botijão térmico para líquidos (quentes ou frios), com capacidade volumétrica mínima de 12 litros. Estrutura externa em aço inox (ou aço inox revestido) e isolamento térmico eficiente. Componentes funcionais: torneira de alta vazão com vedação (anti-gotejamento), alça superior resistente para transporte e pés retráteis ou fixos que confirmam estabilidade e altura adequada para servir. Tampa roscável ou com travamento seguro. Material atóxico. Indicado para conservação de longa duração (quente/frio).				
28	004.015.756	JARRA DE VIDRO, Material: Vidro incolor, resistente e higiênico. Formato: Redondo. Capacidade (aprox. 2 litros). Componentes: Com alça fixa, resistente e ergonômica, acoplada ao corpo. Modelo de boca larga (tipo jarra de suco/água) que permita fácil higienização.	169,00	UN	56,99	9.631,31
29	004.015.757	CHAIRA DIAMANTADA, Chaira/Afiador de facas profissional, tipo diamantada, formato da haste oval (para maior contato) ou circular, com haste em aço carbono revestida com micropartículas de diamante. Comprimento da haste de afiação a partir de 10 polegadas (aprox. 25 cm ou superior). Cabo anatômico/ergonômico em material polimérico (plástico) de alta resistência e antiderrapante, com furo para pendurar.	98,00	UN	251,47	24.644,06
30	004.015.758	PANELA DE PRESSÃO INOX 6L PROFISSIONAL Panela de pressão de uso profissional, capacidade 6L, material aço inox. Componentes obrigatórios: visor de vidro temperado na tampa, fechamento reforçado e sistema de segurança certificado (INMETRO). Com fundo triplo para distribuição uniforme de calor.	88,00	UN	544,50	47.916,00
31	004.015.759	PANELA DE PRESSÃO 10 L, Panela de pressão industrial/semi-industrial, capacidade nominal de 10 litros. Estrutura em alumínio polido reforçado, com espessura de corpo mínima de 4,0mm para maior durabilidade. Sistema de fechamento externo com alças e cabo em baquelite antitérmico resistente a altas temperaturas. Tampa com guarnição de vedação em silicone ou borracha e dispositivos de segurança, incluindo válvula de trabalho e válvula de segurança de alívio. Compatível com fogão a gás e industrial. Certificação compulsória do INMETRO.	89,00	UN	212,50	18.912,50
32	004.015.760	PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL 22 L, capacidade nominal de 22 litros, confeccionada em alumínio polido de alta resistência. Sistema de fechamento externo com alças anatômicas. Acompanha válvulas de segurança (trabalho e peso) e trava de segurança que impede a abertura com pressão interna. Espessura do alumínio adequada para uso comercial pesado. Certificada pelo INMETRO.	79,00	UN	606,79	47.936,41
33	004.015.761	TERMÔMETRO DIGITAL INDUSTRIAL Termômetro digital infravermelho industrial, tipo pistola (portátil), com mira laser para precisão na medição. Faixa de trabalho entre -50°C e no mínimo +500°C. Com alarme de temperatura (alta/baixa) configurável e visor LCD com iluminação. Resolução de 0,1°C ou superior. Ajuste de emissividade (ou fixo em 0.95) e desligamento automático. Funcionalidade de retenção de dados (Data Hold) e memória de leitura máxima (MAX/MIN). Acompanha	131,00	UN	315,54	41.335,74

		nha pilhas/bateria.				
34	004.015.762	POTE DE VIDRO DE USO GERAL, COM TAMPA DE ROSCA EM POLIPROPILENO (PP) COM VEDAÇÃO EFICIENTE. TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 2,5 LITROS (+/- 5%). MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE, PRÓPRIO PARA ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS OU MATERIAIS DIVERSOS.	265,00	UN	33,01	8.747,65
35	004.015.763	BACIA CANELADA MÉDIA, Bacia plástica multiuso, modelo canelado, capacidade nominal 12 Litros. Material: Polipropileno (PP) de primeira linha, atóxico, lavável e reforçado. Dimensões aproximadas: diâmetro superior entre 35cm e 40cm. Transparente ou branco (será aceito, a critério da administração, cores sortidas caso o licitante não possua em cor única).	169,00	UN	26,18	4.424,42
36	004.015.764	BACIA CANELADA GRANDE, Capacidade nominal de 20 litros (com variação aceitável de ± 5%). Material: Polipropileno (PP) virgem, atóxico e resistente. Design: Canelado (estriado) para maior reforço estrutural. Formato: Redondo ou oval, com alças laterais integradas/reforçadas para transporte. Cores: Transparente ou branco (ou translúcido). Dimensões aproximadas: Diâmetro superior entre 45cm a 55cm. O produto deve ser inquebrável em uso normal.	154,00	UN	37,02	5.701,08
37	004.015.765	LUVA TÉRMICA PARA FOGÃO E FORNO, luva térmica cano longo para manuseio em forno e fogão cozinha, 100% poliéster com resina acrílica, com cano longo de aproximadamente 30 cm.	167,00	PAR	34,81	5.813,27
38	004.015.766	KIT DE 3 PENEIRA EM AÇO INOX, Kit de peneiras composto por 3 (três) unidades de tamanhos distintos (pequena, média e grande). Material: Totalmente em aço inoxidável, resistente a corrosão e ferrugem, com malha fina. Diâmetros aproximados: 1 (uma) unidade de 7 a 9 cm; 1 (uma) unidade de 9 a 11 cm; 1 (uma) unidade de 11 a 13 cm. Estrutura: Cabo em aço inox e borda reforçada. Ideal para uso doméstico/industrial, coagem e polvilhamento.	120,00	KIT	33,50	4.020,00
39	004.015.767	MINI PAINELA DE MOLHO. Capacidade aproximada de 500ML. Material: aço inoxidável com revestimento interno antiaderente. Características: cor prata/polido, com cabo ergonômico lateral (ou alça) resistente ao calor. Componentes: com marcação de volumetria interna (graduação) para facilitação de preparo. Uso: compatível com cooktop de indução e fogão a gás.	109,00	UN	105,45	11.494,05
40	004.015.768	JOGO DE POTES HERMÉTICO COM TAMPA. Jogo de potes organizadores com vedação hermética, composto por 10 (dez) peças de tamanhos variados, ideal para armazenamento de alimentos secos e mantimentos. Formato: Quadrado ou retangular (modular/empilhável), otimizando espaço. Material: Plástico atóxico de alta transparência (tipo poliestireno, acrílico ou polipropileno rígido), livre de BPA (BPA Free). Vedação: Sistema de fechamento hermético com borracha/silicone de vedação tripla ou dupla, garantindo isolamento contra umidade e ar. Tampa: Sistema de abertura fácil (Easy-Open ou trava central/clique), transparente ou incolor. Composição	201,00	JG	159,47	32.053,47

		do Kit (10 peças - capacidades variadas): 4 unidades de alta capacidade (aprox. 1,8L a 2,0L); 4 unidades de média capacidade (aprox. 900 ml a 1,2L); 2 unidades de pequena capacidade (aprox. 400ml a 600ml). Características adicionais: Empilháveis, encaixe seguro, transparência que facilita a visualização do conteúdo.				
41	004.015.769	ESCORREDOR DE LOUÇAS PROFISSIONAL/INDUSTRIAL, 3 ANDARES, AÇO INOXIDÁVEL. Material: Estrutura inteiramente em aço inoxidável, resistente à corrosão e higiênico, ideal para cozinhas profissionais. Capacidade: Capacidade mínima para 60 pratos. Estrutura: 03 (três) andares/níveis dispostos verticalmente. Design/Funcionalidade: Andares superiores com divisórias para acomodação de pratos. Base inferior reta ou reforçada, adequada para acomodação de copos, xícaras e talheres. Pés com acabamento em material antiderrapante ou estruturados para bancada (fixos). Acabamento: Inox escovado ou polido, com cantos seguros (sem rebarbas cortantes).	79,00	UN	439,93	34.754,47
42	004.015.770	ESPÁTULA DE SILICONE (PÃO DURO) - Utensílio culinário monobloco (inteiriço), estrutura e cabo em silicone de alta densidade, livre de BPA (BPA Free). Flexível, higiênica, resistente a altas temperaturas (mínimo 200°C), antiaderente, não risca panelas. Tamanho aproximado: entre 25 cm e 30 cm de comprimento total. Cor: Neutra/Variada.	113,00	UN	25,50	2.881,50
43	004.015.771	CUSCUZERA EM ALUMÍNIO, capacidade de 5 litros. Confeccionada em alumínio reforçado (linha industrial), monobloco (sem emendas), com base, tampa e cone encaixável para cozimento a vapor. Alças laterais em material anti-térmico (baquelite) ou alumínio rebitado. Estrutura espessa para evitar deformidades com o calor.	75,00	UN	92,67	6.950,25
44	004.015.772	ESCORREDOR INDUSTRIAL DE ALIMENTOS (ARROZ/MACARRÃO) Escorredor industrial de alta capacidade, fabricado em alumínio reforçado (linha hotel/profissional), com alta durabilidade e resistência a deformidades. Estrutura monobloco, possuindo microfuros laterais e na base para escoamento eficiente, com diâmetro dos furos de no máximo 2mm, para evitar passagem de grãos. Diâmetro aproximado de 30cm a 35cm e altura aproximada de 17cm a 20cm. Deve possuir alças laterais firmes e base de apoio (pé) para estabilidade. Acabamento polido. Garantia mínima de 6 meses contra defeitos de fabricação	76,00	UN	112,33	8.537,08
45	004.015.774	CUBA GASTRONOMICA GN 1/2 COM ALÇA E TAMPA D EINOX Cuba padrão Gastronorm (GN 1/2), produzida inteiramente em aço inoxidável AISI 304 (resistente à corrosão e adequado para contato com alimentos), com alças móveis laterais para transporte. Dimensões nominais de 325x265mm (padrão GN 1/2) e profundidade de aproximadamente 100mm, com capacidade nominal aproximada de 6,5 a 7 litros. Estampagem monobloco (sem solda), cantos arredondados, polimento eletrolítico para facilitar a limpeza. Acompanha tampa em aço inox com encaixe	135,00	UN	141,92	19.159,20

		perfeito para o modelo (com ou sem abertura para concha).				
46	004.015.775	CALDEIRÃO INDUSTRIAL: Caldeirão de cozinha, confeccionado em alumínio polido de alta resistência (linha hotel), espessura mínima de 3 mm. Capacidade aproximada de 32 a 33 litros. Deve acompanhar tampa de alumínio com encaixe firme e alças laterais reforçadas, inteiriças ou rebitadas, que garantam segurança no manuseio e transporte.	89,00	UN	326,63	29.070,07
47	004.015.776	KIT BACIA DE ALUMÍNIO REDONDA, Descrição Detalhada: Kit de bacias redondas, material alumínio polido, material super resistente e durável, não enferruja, ideal para uso geral/industrial. Composto por 03 (três) unidades nos tamanhos/volumes aproximados: Bacia 1: Diâmetro N° 30 (aprox. 30cm), capacidade volumétrica de aproximadamente 2, a 3 litros. Bacia 2: Diâmetro N° 40 (aprox. 40cm), capacidade volumétrica de aproximadamente 6 a 7 litros. Bacia 3: Diâmetro N° 50 (aprox. 50cm), capacidade volumétrica de aproximadamente 12 a 13 litros. Características Técnicas: Material: Alumínio polido reforçado. Espessura: Mínima de 0,70 mm. Acabamento: Bordas arredondadas e acabamento polido.	91,00	KIT	118,24	10.759,84
48	004.015.777	BACIA DE PLÁSTICO COM TAMPA E ALÇA Bacia plástica com tampa de encaixe firme, com alça(s) lateral(ais) para transporte. Capacidade volumétrica nominal de 6 litros (variação aceitável de $\pm 5\%$). Material plástico incolor ou branco, de alta resistência (reforçado), atóxico e inodoro. Cor: Branca ou incolor.	180,00	UN	26,32	4.737,60
49	004.015.778	COLETOR/CONTÊINER DE RESÍDUOS COM PEDAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 120 LITROS. Material: Confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP), 100% virgem, injetado, com aditivos contra raios UV e antioxidantes para resistência a intempéries e lavagens. Estrutura: Corpo rígido com cantos arredondados, tampa articulada e pedal resistente com acionamento superior ou lateral que permita a abertura da tampa sem contato manual. Rodas: Equipado com duas rodas de borracha maciça (diâmetro aproximado de 200 mm) para facilitação de transporte e eixo em aço galvanizado. Cor: Branca. Capacidade/Carga: Mínima de 120 litros, compatível com os sacos de lixo de mercado (aprox. 90x100cm) e capaz de suportar peso nominal condizente com a capacidade (conforme padrão ABNT/Conama). Acabamento: Superfície interna polida para facilitar a higienização.	100,00	UN	350,07	35.007,00
50	004.015.779	JARRA DE PLÁSTICO 4 LITROS: Jarra plástica de alta resistência (polipropileno), com alça lateral acoplada e tampa. Capacidade de 4 litros. Transparente, com bico direcionador para servir. Material atóxico.	173,00	UN	26,06	4.508,38
51	004.015.780	ASSADEIRA/TRAVESSA DE VIDRO RETANGULAR Material: Vidro temperado ou borossilicato (incolor/transparente). Formato retangular, com bordas para manuseio. Características: Alta resistência a	179,00	UN	50,29	9.001,91

		choques térmicos, apto para forno e micro-ondas. Capacidade volumétrica: Mínima de 2 litros. Dimensões gerais compatíveis com o padrão de mercado (aprox. 36cm x 22cm), permitindo variações de até 10% para mais ou para menos.				
52	004.015.781	PINCEL CULINÁRIO DE SILICONE Pincel culinário de uso geral, atóxico, próprio para contato com alimentos. Cerdas em silicone flexível, ideal para untar formas e pincelar alimentos sem riscar utensílios. Cabo em material plástico rígido (tipo polipropileno ou acrílico), ergonômico. Resistente a altas temperaturas (superior a 150°C). Comprimento total: aprox. 20 cm (tolerância de +/- 10%).	151,00	UN	17,30	2.612,30
53	004.015.782	ACENDEDOR AUTOMÁTICO PARA FOGÃO A GÁS, PORTÁTIL. ACIONAMENTO POR BOTÃO (TIPO CLIQUE/PRESSÃO). GERADOR DE FAÍSCAS ELÉTRICAS DE ALTA INTENSIDADE. COMPOSIÇÃO: METAL E PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. HASTE LONGA PARA ACENDIMENTO SEGURO E CONFORTÁVEL. TIPO: MANUAL/PORTÁTIL. CERTIFICADO PELO INMETRO (SE APLICÁVEL).	209,00	UN	16,72	3.494,48
54	004.015.783	PILÃO COM SOCADOR, utensílio de cozinha para macerar e triturar, confeccionado em material plástico resistente, atóxico (livre de BPA) e de fácil higienização, cor branca. Composto por copo (pilão) e mão (socador). Capacidade do copo: Mínima de 500 ml e máxima de 600 ml. Medida do socador: Compatível com o tamanho do copo para garantir a funcionalidade (tamanho aproximado entre 15cm e 18cm). O material deve ser robusto e adequado para uso intenso em copa/cozinha.	116,00	UN	38,98	4.521,68
55	004.015.784	SUORTE PARA ÓLEO, Suporte organizador de mesa/bancada para garrafa de óleo e/ou vinagre. Confeccionado em material plástico resistente (polipropileno ou similar), atóxico. Formato compacto, com alça de transporte, medindo aproximadamente 13x9x16 cm (com tolerância de 10% para mais ou para menos nas dimensões). Cor neutra.	87,00	UN	16,10	1.400,70
56	005.004.119	BATEDEIRA PLANETÁRIA Batedeira planetária de bancada/pedestal para uso profissional leve ou doméstico intensivo. Capacidade da tigela (Bowl): Aço inoxidável, com capacidade total entre 4,5 Litros e 6,0 Litros. Potência: Mínima de 700 W (potência nominal/real). Velocidades: Mínimo de 8 velocidades com controle eletrônico/variável. Sistema de Batimento: Movimento planetário (batedor gira em torno de seu próprio eixo e ao redor do centro da tigela simultaneamente). Acessórios Incluídos: Mínimo de 3 tipos de batedores em metal (robustos): Batedor tipo Globo/Balloon (massas leves: claras, cremes); Batedor tipo Raquete/Pá (massas médias: bolos, biscoitos); Batedor tipo Gancho/Espiral (massas pesadas: pães, pizzas). Tensão/Voltagem: 127 V.	31,00	UN	870,30	26.979,30

		Características Adicionais: Tampa antirrespingos com abertura para adição de ingredientes, base com pés antiderrapantes ou ventosas para fixação. Marca de Referência: Qualidade igual ou superior à Oster, Mondial Premium, Arno ou Braesi. Garantia: Mínimo de 12 meses. .				
57	005.004.120	BALANÇA DIGITAL Tipo: Balança digital de uso pessoal/adulto, para pesagem corporal. Capacidade: Pelo menos, até 180 kg. Precisão/Gradação: Divisão máxima de 100g. Sistema de Sensores: Alta precisão (strain gauge ou similar). Plataforma: Vidro temperado de alta resistência, espessura mínima de 6 mm. Visor: LCD ou LED de fácil leitura, com tamanho mínimo de 60 x 25 mm (ou área de visualização equivalente). Funcionalidades: Acionamento e desligamento automático (toque ou pressão). Indicador de sobrecarga e bateria fraca. Opções de unidade de medida em Quilogramas (Kg) e Libras (lb). Alimentação: Funciona com pilhas ou bateria (inclusas). Design: Formato quadrado ou retangular, com pés antiderrapantes para segurança. Garantia: Mínima de 12 meses. Marca de referência: Qualidade igual ou superior a Mondial, Rhino ou Multilaser.	47,00	UN	116,21	5.461,87
58	005.004.121	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL PROFISSIONAL Balança eletrônica de coluna, uso profissional alta precisão. Capacidade e Precisão: Capacidade mínima de 200 kg com divisões de 100g. Antropômetro: Régua antropométrica incorporada em alumínio anodizado, com escala de medição de altura de até 2,00 m e divisão de 0,5 cm. Visor/Display: Visor digital em LED de alta visibilidade. Estrutura: Plataforma de pesagem antiderrapante (tapete em PVC ou similar) e estrutura em chapa de aço carbono com pintura epóxi anticorrosiva na cor preta ou branca. Funcionalidades: Função TARA para descontar peso de vestuário/objetos até a capacidade máxima, pés reguláveis para nivelamento em borracha sintética. Alimentação: 110v Certificação: Homologada pelo INMETRO e aferida pelo IPEM (conforme portaria vigente). Garantia: Mínimo de 12 (doze) meses.. Assistência Técnica: Assistência técnica autorizada em todo território nacional. Marcas de Referencia: welmy, Micheletti e Balmak (similar ou superior em qualidade).	25,00	UN	1.632,50	40.812,50
59	041.001.295	FORMA REDONDA COM FURO , forma de alumínio redonda com furo no meio grande, medida aproximada 30 cm de diâmetro.	110,00	UN	48,80	5.368,00
60	041.001.486	BANDEJA DE INOX , Bandeja de aço inoxidável AISI 304 ou 430, retangular, com alças laterais. Medidas aproximadas de 49x37cm (com margem de variação de 5% para mais ou para menos). Bordas levemente elevadas para evitar derramamento.	170,00	UN	103,00	17.510,00
61	041.001.487	COPO DE VIDRO , para uso geral, material incolor e transparente, re-	1.872,00	UN	13,31	24.916,32

		sistente a impactos leves e variações térmicas (tipo temperado ou parede reforçada). Capacidade nominal aproximada de 280 ml a 320 ml. Permite variações de design (liso, trabalhado).				
62	041.001.488	FACA DE MESA, LÂMINA SERRILHADA DE ALTA DURABILIDADE, CABO EM POLIPROPILENO (OU MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA) NA COR PRETA, TAMANHO COMPATÍVEL COM O USO DIÁRIO (APROX. 4 POLEGADAS DE LÂMINA OU 18-20CM TOTAL).	663,00	UN	4,82	3.195,66
63	041.001.489	JARRA MEDIDORA Recipiente medidor de líquidos e ingredientes, capacidade mínima de 500ml, material vidro temperado incolor, alta resistência a choque térmico. Possui alça, bico vertedor e marcações de graduação claras (em ml e outros padrões) de fácil leitura.	125,00	UN	18,77	2.346,25
64	041.001.490	TRAVESSA OVAL DE INOX, BANDEJA PARA SERVIR ALIMENTOS, FORMATO OVAL, ACABAMENTO POLIDO/BRILHANTE. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO ENTRE 38CM E 42CM E LARGURA ENTRE 20CM E 25CM. MATERIAL HIGIÊNICO, RESISTENTE E DURÁVEL, APTO PARA USO INDUSTRIAL/COMERCIAL.	126,00	UN	73,72	9.288,72
65	041.001.491	TRAVESSA OVAL DE INOX, HIGIÊNICO E DE FÁCIL LIMPEZA. IDEAL PARA SERVIR ALIMENTOS E SALADAS EM BUFFETS, RESTAURANTES E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO. ACABAMENTO POLIDO (BRILHANTE). higiênico e de fácil limpeza. Ideal para servir alimentos e saladas em buffets, restaurantes e serviços de alimentação. Acabamento polido (brilhante). Dimensões aproximadas: Comprimento de 24 cm a 26 cm x Largura de 15 cm a 17 cm. Formato: Oval.	128,00	UN	40,70	5.209,60
66	041.001.492	PRATO DE SOBREMESA, MATERIAL VIDRO TEMPERADO, INCOLOR/TRANSPARENTE, FORMATO REDONDO OU QUADRADO, TIPO RASO. DIÂMETRO/MEDIDA APROXIMADA ENTRE 18 CM E 20 CM. RESISTENTE A LAVAGENS EM MÁQUINA E AO USO EM MICRO-ONDAS.	3.580,00	UN	8,28	29.642,40
67	041.001.493	COLHER DE SOBREMESA EM AÇO INOXIDÁVEL, MONOBLOCO (PEÇA ÚNICA), COM ACABAMENTO POLIDO OU ALTO BRILHO. COMPRIMENTO TOTAL APROXIMADO ENTRE 16 CM E 17 CM. MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO E LAVÁVEL EM MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS.	4.360,00	UN	4,09	17.832,40
68	041.001.494	GARRAFA TÉRMICA, capacidade mínima de 2 litros, de uso profissional/doméstico. Sistema de saída de líquidos por pressão (bombeamento). Estrutura externa em aço inox o e ampola interna de vidro ou aço inoxidável, garantindo eficiência térmica (mínimo de 6 horas para líquidos quentes). Com alça ergonômica para transporte.	119,00	UN	160,66	19.118,54
69	041.001.495	PANELA DE ALUMÍNIO 15 L, anela de alumínio fundido/batido, resistente e de alta espessura (grossa), com tampa e alças laterais em alumínio reforçado. Capacidade mínima: 15 litros. Ideal para cocção industrial/cozinha comunitária.	101,00	UN	187,38	18.925,38
70	041.001.496	CANECA DE ALUMÍNIO, CANECA EM ALUMÍNIO, TIPO HOTEL/REFORÇADO, COM ALÇA EM MA-	116,00	UN	64,75	7.511,00

		TERIAL RESISTENTE AO CALOR (MADEIRA OU BAQUELITE). CAPACIDADE: MÍNIMA DE 5,0 LITROS. COM ORLA REFORÇADA.				
71	041.001.497	ORGANIZADOR PLÁSTICO DE TALHERES COM TAMPA 4 DIVISÕES Organizador de gaveta para talheres e utensílios, com tampa transparente inclusa. Material: Plástico rígido de alta resistência e durabilidade (polipropileno ou similar), atóxico. Cor: Branca (estrutura). Divisórias: Mínimo de 04 (quatro) compartimentos de tamanhos variados para separação de garfos, facas, colheres e utensílios de servir. Dimensões: Aproximadamente 54 cm (comprimento) x 33 cm (largura) x 10 cm (altura). Permitido variação de +/- 10% nas medidas para garantir a aceitação de diferentes marcas no mercado. Características: Tampa com encaixe firme para proteção contra poeira e higiene. Estrutura robusta, não flexível, com cantos arredondados para facilitar a limpeza. Qualidade: Material resistente a lavagens manuais frequentes.	136,00	UN	52,60	7.153,60
72	041.001.498	COLHER DE SERVIR INDUSTRIAL, TIPO ARROZ. Fabricada inteiramente em aço inoxidável AISI 304 ou 430 (não poroso), material reforçado. Comprimento: mínimo de 50 cm. Acabamento polido, cabo ergonômico, alça para pendurar, sem emendas para evitar acúmulo de resíduos. Resistente a altas temperaturas e laváveis em máquina.	169,00	UN	46,63	7.880,47
73	041.001.499	COLHER DE POLIETILENO PARA COZINHA INDUSTRIAL TIPO REMO Material atóxico, inodoro e de alta densidade. Resistente a altas temperaturas (mínimo 90°C), ideal para manipulação de alimentos em panelas industriais e caldeirões. Cor branca. Comprimento total aproximado entre 40 cm a 50 cm.	141,00	UN	79,95	11.272,95
74	041.001.500	PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL 18 LITROS, Panela de pressão para uso profissional/industrial, com capacidade volumétrica de 18 litros (tolerância de +/- 5%). Confeccionada em alumínio polido com espessura reforçada (mínimo 3mm), garantindo rápida distribuição de calor. Sistema de fechamento externo com travas de segurança. Cabo e alças em material baquelite antitérmico para manuseio seguro. Acompanha borracha de vedação e válvula de segurança de trabalho e de segurança extra.	84,00	UN	855,67	71.876,28
75	041.001.501	PÁ COLHER REFORÇA PARA CALDEIRÃO. Pá Colher Reforçada para Caldeirão (tipo remo), em polietileno atóxico de alta densidade (PEAD). Uso: Industrial, ideal para mexer alimentos em grandes panelas/caldeirões. Características: Material rígido, impermeável, resistente a altas temperaturas (mínimo 100°C), antaderente e de fácil higienização. Dimensões: Comprimento total aproximado de 90 cm a 100 cm. Cor: Branca.	171,00	UN	205,58	35.154,18
76	041.001.502	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS. Multiprocessador de alimentos multifuncional, indicado para uso intensivo em cozinha (doméstica ou pequenas produções), capaz de ralar, fatiar, picar, triturar, moer, bater massas e liquidificar. CARAC-	47,00	UN	634,50	29.821,50

		<p>TERÍSTICAS TÉCNICAS E DE DESEMPENHO</p> <p>Potência: Motor robusto com potência mínima de 700W, garantindo processamento de alimentos rígidos. Velocidades: Mínimo de 2 (duas) velocidades + função pulsar para controle preciso. Capacidade da Jarra/Tigela: Tigela de processamento principal: Capacidade útil mínima de 1,5 litros. Jarra Liquidificador: Capacidade útil mínima de 1,5 litros. Material: Jarra/Tigela em material de alta resistência Tigela e jarra em material resistente, sendo aceito plástico de alta durabilidade livre de BPA (ex: copoliéster/Tritan). Processamento: Tampa com bocal largo para alimentação de alimentos inteiros ou grandes pedaços. Segurança: Sistema de trava de segurança que impede o funcionamento com a tampa ou jarra mal encaixadas. Estabilidade: Base com pés antideslizantes (ventosas) para firmeza durante o uso. Armazenamento: Sistema de armazenamento de cabo elétrico. Elétrica: Voltagem/Tensão: 127V ou bivolt automático. Cordão de alimentação certificado pelo INMETRO. ACES-SÓRIOS INCLUSOS O equipamento deve acompanhar, no mínimo, os seguintes acessórios, com lâminas em aço inoxidável: Lâmina de corte/picador (faca universal): Para picar carnes, legumes, verduras, triturar gelo e grãos. Discos intercambiáveis: Mínimo de 02 discos metálicos para ralar e fatiar (cortes finos e médios). Batedor de massas: Batedor plástico ou metálico para massas leves e pesadas. Disco emulsificador: Para maioneses, claras em neve, cremes e molhos. Conjunto Liquidificador: Jarra liquidificadora com lâminas próprias. Garantia mínima de 12 (doze) meses, fornecida pelo fabricante, contada a partir do recebimento definitivo. Manual de instruções em português. Referência de Qualidade: Arno, Oster, Britânia, Philco equivalente ou superior.</p>				
77	041.001.503	<p>LIQUIDIFICADOR TRITURADOR INDUSTRIAL</p> <p>Liquidificador de alta rotação para uso industrial/comercial, projetado para processar alimentos e líquidos, com capacidade nominal de 4 litros. Estrutura robusta em aço inoxidável e copo/jarra também em aço inoxidável. Características Técnicas Mínimas Capacidade: 4 Litros. Corpo e Copo: Aço inox (aço inoxidável). Conjunto de lâminas/Hélice: Aço inox. Tensão/Voltagem: 110V (ou 127V). Rotação: Alta Rotação (aproximadamente 18.000 rpm ou superior). Potência: Mínima de 800W até 1200W (compatível com alta rotação de 4L). Sistema de vedação: Tampa atóxica de borracha ou vedação hermética. Segurança: Equipamento em conformidade com as normas NR-12 e INMETRO. Uso: Industrial, contínuo, indicado para sucos, molhos e cremes (líquidos e misturas leves/médias). Dimensões: Compatíveis com o volume de 4 litros e de uso industrial de bancada (não doméstico). Peso: Compatível com equipamento de uso comercial. arcas de Referência (ou similar/superior em qualidade): Skymssen (Linha alta rotação 4L). Bermar. KD Eletro. Metvisa.</p>	50,00	UN	1.136,00	56.800,00
Valor Total: R\$ 1.462.683,70						

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1. JUSTIFICATIVA DE MARCA DE REFERÊNCIA:

A indicação de marcas de referência nos descritivos técnicos dos itens que compõem o presente processo licitatório tem por finalidade estabelecer parâmetros objetivos de qualidade, desempenho e durabilidade, não configurando, em hipótese alguma, restrição à participação de interessados ou direcionamento de mercado. A prática, admitida pela legislação vigente quando devidamente fundamentada, visa assegurar que os produtos a serem adquiridos atendam satisfatoriamente às necessidades da Administração Pública, considerando as especificidades do uso em ambiente escolar e a necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de alimentação e atendimento aos alunos da rede municipal de ensino.

Do Multiprocessador de Alimentos (Ref.: Arno, Oster, Britânia, Philco ou equivalente superior)

A indicação das marcas de referência para o multiprocessador de alimentos justifica-se pela necessidade de um equipamento robusto, capaz de suportar o uso contínuo e intensivo nas cozinhas das unidades escolares, que preparam diariamente centenas de refeições. As marcas mencionadas são reconhecidas no mercado nacional pela qualidade de seus motores (potência mínima de 700W), durabilidade dos componentes (lâminas em aço inoxidável, jarras em material de alta resistência) e pela disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional. Os requisitos técnicos estabelecidos (múltiplas funções, sistema de segurança, acessórios diversos) encontram respaldo em produtos consolidados no mercado, sendo as marcas citadas representativas do padrão mínimo de qualidade esperado para garantir que o equipamento desempenhe satisfatoriamente as funções de picar, triturar, liquidificar e processar alimentos em larga escala.

Da Balança Digital (Ref.: Mondial, Rhino, Multilaser ou equivalente superior)

Tratando-se de balança digital para pesagem corporal de uso nas unidades de saúde e apoio escolar (CEMATE e escolas), a referência a marcas consolidadas no segmento eletroportáteis visa assegurar a precisão das medições, a resistência estrutural (plataforma em vidro temperado de 6mm) e a confiabilidade dos sensores. As marcas indicadas possuem ampla aceitação no mercado varejista e institucional, oferecendo produtos que atendem aos parâmetros de capacidade (180kg), precisão (100g) e funcionalidades (acionamento automático, indicação de sobrecarga) exigidos no termo de referência, além de garantia e assistência técnica compatíveis com a legislação consumerista.

Do Liquidificador Triturador Industrial (Ref.: Skymssen, Bermar, KD Eletro, Metvisa ou equivalente superior)

O liquidificador industrial de 4 litros destina-se ao processamento diário de alimentos em grande volume, exigindo, portanto, equipamento de estrutura robusta e motor de alto desempenho. As marcas indicadas são especializadas no segmento de equipamentos para cozinhas industriais e comerciais, sendo amplamente reconhecidas pela qualidade do aço inoxidável empregado na fabricação, pela potência dos motores (800W a 1200W com alta rotação) e pela conformidade com as normas de segurança NR-12 e certificação INMETRO. A referência a esses fabricantes assegura que o

produto licitado atenderá às exigências de durabilidade, desempenho e segurança para uso contínuo em ambiente escolar, evitando a aquisição de produtos de qualidade inferior que não suportariam a rotina intensiva de preparo de alimentos.

Da Balança Antropométrica Digital Profissional (Ref.: Welmy, Micheletti, Balmak ou equivalente superior)

A balança antropométrica profissional, destinada ao CEMATE e demais unidades que realizam acompanhamento nutricional e de saúde dos alunos, demanda elevado grau de precisão, confiabilidade e conformidade regulatória. As marcas de referência indicadas são líderes no segmento de equipamentos médicos e hospitalares, notadamente na fabricação de balanças de coluna com régua antropométrica incorporada. Tais fabricantes possuem tradição no mercado, homologação pelo INMETRO e aferição pelo IPEM, garantindo que os equipamentos atendam rigorosamente às exigências técnicas de capacidade (200kg), precisão (100g) e medição de altura (até 2 metros com divisão de 0,5cm). A exigência de assistência técnica autorizada em território nacional, característica presente nos fabricantes mencionados, assegura a manutenibilidade dos equipamentos ao longo de sua vida útil.

Importa salientar que a expressão "ou equivalente superior" acompanha todas as referências de marca, garantindo a ampla participação de fornecedores que comprovem que seus produtos atendem ou superam as especificações técnicas mínimas estabelecidas. A jurisprudência dos órgãos de controle e a doutrina especializada reconhecem a legitimidade da indicação de marcas como referência quando acompanhadas dessa ressalva, desde que justificada a necessidade de padrão de qualidade compatível com o interesse público. A medida, portanto, não compromete a competitividade do certame, mas estabelece um patamar mínimo de qualidade essencial para o adequado funcionamento dos serviços públicos de educação e atendimento especializado, evitando a aquisição de produtos de baixa durabilidade que resultariam em prejuízo ao erário e descontinuidade administrativa.

O artigo 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, autoriza a administração pública, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a especificar marcas ou modelos de produtos ou serviços em licitações. Essa possibilidade está condicionada à necessidade de padronização do objeto e manutenção de padrões já utilizados, conforme expressamente previsto na alínea " do **inciso I** do referido dispositivo legal.

Conforme destacado por **Justen Filho (2003, p. 217)**:

"A descrição do objeto da licitação contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori. [...] Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade."

Assim, a indicação da marca de referência não visa restringir a concorrência, mas sim esclarecer de forma objetiva as reais necessidades da administração, assegurando a aquisição de produtos que atendam aos padrões de qualidade exigidos.

O procedimento adotado encontra respaldo no **Art. 41, inciso I, alínea a e b)** da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de indicação de marca como referência, desde que não haja vedação à equivalência.

" **Art. 41.** No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

1 - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificados nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização de objeto; "

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

Portanto, a SEMED age em conformidade com os princípios da legalidade, transparência e eficiência, assegurando que a licitação atenda plenamente aos interesses públicos.

Dessa forma, as marcas de referência indicadas nos descritivos técnicos constituem instrumento legítimo para assegurar a qualidade dos produtos a serem adquiridos, estando devidamente fundamentadas na experiência acumulada pela Secretaria Municipal de Educação em aquisições anteriores e nas características específicas do uso dos equipamentos nas unidades da rede municipal de ensino.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de **R\$ 1.462.683,70 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos)**, conforme se extrai da pesquisa de mercado realizada através do Banco de Preços.

2.1. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida aquisição visa atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A presente aquisição justifica-se pela necessidade inadiável de suprir as cozinhas das dezenove escolas da rede municipal, o Centro de Atendimento Especializado (CEMATE) e a própria Secretaria Municipal de Educação (SEMED) com utensílios e equipamentos operacionais adequados. Em razão do uso contínuo e intensivo no preparo, porcionamento e distribuição diária da alimentação escolar, os utensílios básicos (como bacias, potes, pratos, copos e talheres) sofrem desgaste natural, apresentando trincas, deformações e perda de revestimento. A substituição periódica desses itens é uma medida preventiva e obrigatória de segurança alimentar, evitando a contaminação cruzada, a proliferação de microrganismos em áreas de difícil limpeza e garantindo a estrita observância às boas práticas exigidas pela legislação sanitária.

No que tange aos equipamentos a exemplo de liquidificadores, multiprocessadores e batedeiras planetárias, a modernização e reposição do maquinário é imperativa para conferir maior eficiência e segurança ergonômica ao trabalho das merendeiras. A utilização de aparelhos de alto desempenho e em pleno funcionamento otimiza o tempo de preparo das refeições, reduz o esforço físico excessivo das servidoras decorrente de métodos manuais, minimiza o desperdício de gêneros alimentícios e possibilita a elaboração de um cardápio mais diversificado, nutritivo e adequado às diferentes faixas etárias atendidas pela rede de ensino.

Adicionalmente, a aquisição de balanças digitais comuns e antropométricas cumpre papel fundamental na pesagem exata das porções nutricionais e no monitoramento contínuo do desenvolvimento físico dos estudantes (peso e altura), consolidando ações de promoção da saúde. Por fim, a compra centralizada via Sistema de Registro de Preços promove a padronização dos materiais em todas as unidades, o que facilita o treinamento das equipes operacionais, assegura a uniformidade da assistência técnica especializada (com exigência de homologação do INMETRO) e garante a economicidade processual, evitando contratações emergenciais e assegurando a continuidade ininterrupta do serviço essencial de alimentação escolar.

3.2. ÓRGÃO PARTICIPANTE

- a) Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

3.3. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

A estimativa dos quantitativos para a futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha e equipamentos destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação foi elaborada com base em criterioso levantamento realizado junto às unidades que compõem a rede municipal de ensino. Compõem o universo de atendimento 19 (dezenove) escolas municipais, o Centro de Atendimento Especializado CEMATE e a própria sede administrativa da SEMED, totalizando 21 (vinte e uma) unidades beneficiárias.

O dimensionamento das quantidades tomou como ponto de partida as informações prestadas pelos gestores de cada unidade escolar e do CEMATE, os quais, no exercício de suas atribuições e em contato direto com a realidade operacional de suas respectivas cozinhas, indicaram as necessidades prementes para o adequado funcionamento dos serviços de alimentação escolar. Referidas informações contemplaram não apenas a reposição de itens desgastados pelo uso contínuo, mas também a necessidade de ampliação do acervo para atendimento da demanda crescente de alunos e usuários dos serviços.

Considerando, todavia, a expertise acumulada pela Secretaria Municipal de Educação em processos préteritos de aquisição dos referidos itens, procedeu-se a uma análise técnica minuciosa das informações encaminhadas pelos gestores. Com base nessa experiência e no conhecimento das especificidades técnicas, durabilidade e padrões de consumo dos utensílios e equipamentos de cozinha em ambiente escolar, a SEMED promoveu os ajustes necessários nas planilhas de quantitativos, seja para adequar especificações, seja para uniformizar necessidades comuns entre as unidades, seja para corrigir eventuais distorções ou subdimensionamentos identificados.

Importa consignar que, muito embora os anexos contendo registros de aquisições anteriores integrem os autos do presente processo para consulta e referência histórica, tais documentos não foram utilizados como parâmetro exclusivo ou preponderante para a aferição das quantidades ora estimadas. A metodologia adotada privilegiou, sobretu-

do, a realidade atual das unidades beneficiárias, considerando-se o quadro presente de alunos atendidos, a estrutura física disponível, a rotina de preparo das refeições e a vida útil dos equipamentos em utilização.

Dessa forma, a estimativa de quantitativos aqui apresentada resulta de um processo de construção coletiva e tecnicamente fundamentada, que conjugou o conhecimento empírico dos gestores escolares com a visão sistêmica e a experiência administrativa da SEMED, assegurando, assim, que as quantidades a serem licitadas correspondam efetivamente às necessidades reais e atuais da rede municipal de ensino, em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento que regem a administração pública. Os documentos que embasaram referida estimativa, incluindo as planilhas originais encaminhadas pelas unidades e as consolidações ajustadas por esta Secretaria, encontram-se devidamente anexados aos autos para análise e conferência.

3.4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução pretendida abrange todo o ciclo de vida dos bens, iniciando-se na fase de planejamento e seleção de fornecedores via Sistema de Registro de Preços, o que garante entregas parceladas, padronizadas e econômicas conforme a demanda descentralizada das escolas, da SEMED e do CEMATE; perpassa pela fase de operação e uso contínuo, onde a segurança alimentar e a durabilidade são asseguradas pela exigência de materiais atóxicos e equipamentos certificados pelo INMETRO com garantia de assistência técnica instalada no Brasil para eventuais manutenções preventivas e corretivas; e encerra-se com o desfazimento patrimonial (baixa, doação ou descarte ecologicamente adequado) dos utensílios e maquinários quando estes atingirem o limite de seu desgaste natural ou obsolescência, garantindo que as cozinhas operem sempre com itens seguros e de alta performance operacional.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

5.2. EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

Poderão participar da licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Edital e seus Anexos e estiverem habilitados para participação da mesma, desde que: desempenhe atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Pregão; atenda aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos do Edital.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos no edital e anexos poderá acarretar desclassificação da empresa.

5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. FORMA DE ENTREGA

A entrega do produto referente a solicitação da SEMED dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru e deverão ser entregues na sede do Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 4730, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

- d) **Escolas da Zona Rural e Distritos (Tarilândia e Jaru-Uaru):** A entrega ocorrerá na sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Goiás, nº 956, Setor 02, Jaru/RO) ou, mediante acordo na Ordem de Fornecimento, poderá ser autorizada a retirada pela unidade em local indicado pela contratada dentro do perímetro urbano de Jaru.
- e) **Escolas da Zona Urbana:** A entrega será descentralizada, devendo ocorrer diretamente na Unidade Escolar solicitante mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo respectivo Conselho Escolar.

6.1.1. DOS ENDEREÇOS DE ENTREGA

UNIDADE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal De Educação	Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 - 4730.
E.M.E.F. Aldemir Lima Cantanhede	Rua: Mamoré, 1502, Setor 01-A
E.M.E.F. Abrão Rocha	Rua: Marechal Rondon, 2258. Setor 03
E.M.E.I.E.F. Prof. Beatriz Mireya	Rua: Osvaldo Cruz, 2675, Setor 04
E.M.E.F. Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05
E.M.E.I. Primavera	Linha Primavera nº2536 Quadra 07
E.M.E.F. Maria De Lourdes Da Silva	Rua: Raimundo Barreto, 863. Setor 07
E.M.E.F. Menézio De Victo	Rua: Jean Carlos Muniz, S/N. Jardim dos Estados.
E.M.E.I. Prof. Elza Maria Fabris	Rua: Aírton Senna S/N. Jardim dos Estados
E.M.E.I.E.F. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua: Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08
E.M.E.I. Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1240, Setor 02
E.M.E.I. Prof. Zenir De Carvalho	Rua: Goiás, 840, esquina com Raimundo Barreto Setor 07
E.M.E.I. Tania Barreto	Rua: Rio Grande do Norte nº2565, esquina com Paraná
E.M.E.I. Gabriel Balmant Neves	Rua: Onofre Duarte de Oliveira, 3398. Setor 06
Centro Educacional De Bom Jesus	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Marechal Cordeiro De Farias	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Juscelino Kubitschek	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 ,

	Setor 02
E.M.E.I.E.F. D Jaru-Uaru	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956, setor 02
E.M.E.I.E.F. José De Souza Silva	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 setor 02
E.M.E.I. Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Goiás, 3881, setor 02

6.2. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução do objeto desta licitação será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de empenho, conforme o caso. Esse intervalo temporal foi estabelecido considerando a natureza dos itens a serem fornecidos utensílios de cozinha e equipamentos como balanças, liquidificadores, processadores e batedeiras que demandam tempo compatível com a fabricação, a separação dos produtos e a logística de entrega, sem, contudo, comprometer a celeridade necessária ao atendimento das unidades escolares.

O prazo é único e válido para qualquer empresa eventualmente vencedora do certame, independentemente de sua localização geográfica no território nacional. A fixação de um período uniforme visa assegurar a igualdade de condições entre os licitantes e a transparência na execução contratual, evitando distinções que possam favorecer determinadas regiões em detrimento de outras. Cabe à contratada, portanto, planejar adequadamente suas rotas de distribuição e estoques para cumprir o cronograma, ainda que distante do local de entrega, arcando com os custos e responsabilidades decorrentes do transporte.

A opção pelo prazo de trinta dias corridos mostra-se equilibrada: é suficientemente elástico para permitir o cumprimento regular das obrigações por fornecedores de diferentes portes e localidades, mas também é restrito o bastante para não retardar a reposição dos materiais, cuja falta nas cozinhas escolares pode impactar diretamente a qualidade da alimentação dos alunos.

Dessa forma, a Administração Pública garante que os bens cheguem tempestivamente às unidades destinatárias, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

6.3. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

7.1.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

7.1.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

7.1.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

7.1.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.3. INDICAÇÃO DOS SERVIDORES QUE EXERCERÃO A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Para fins de instrução processual e em cumprimento ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em atendimento às orientações da Controladoria - Geral do Município (ID 3693828) quanto à necessidade de designação de equipe de fiscalização para a formalização de instrumentos contratuais, informo que serão indicados os servidores abaixo para Gestor e Fiscal:

1. **Gestor:** Damara Sebastiani Cavalcanti Santos Matrícula nº 14.536
2. **Fiscal:** Antônio Osmir Rodrigues Matrícula nº 13.970
3. **Suplente:** Davi de Oliveira Duarte nº 20.350

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 dias no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, que deverá ser de até 10 (dez) dias após o atesto do recebimento provisório.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, que deverá ser de até 10 (dez) dias.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que

dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será por **ITEM**.

9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

Nos itens cujos os valores estejam abaixo de R\$ 80.000 (oitenta mil reais), serão de participação exclusiva as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar 123, e com Decreto Municipal 9.323.

Nos itens em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CC-MEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a

LG= Liquidez Geral igual ou superior a

SG= Solvência Geral igual ou superior a

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação de qualificação técnica no caso de compras. A exigência aqui somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que justifique esse cuidado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DEVERES DA CONTRATANTE

Receber o objeto nos prazos e condições pactuados;

Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos materiais;

Verificar, no prazo estipulado, a conformidade dos itens entregues em caráter provisório com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, para fim de aceitação e recebimento definitivo;

Notificar formalmente a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer imperfeições, não conformidades ou irregularidades identificadas no objeto fornecido, para os devidos fins de substituição, reparo ou correção;

Informar à CONTRATADA as normas, procedimentos e protocolos de acesso vigentes em suas instalações para a realização da entrega, comunicando previamente qualquer alteração nesses preceitos;

Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de comissão ou servidor devidamente designado para tal fim;

Efetuar o pagamento correspondente ao objeto fornecido, conforme as condições financeiras e o cronograma estabelecidos no contrato;

Prestar as informações e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à execução do objeto pactuado;

A Administração não se responsabilizará por quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que relacionadas à execução deste Termo, nem por eventuais danos a terceiros decorrentes de atos ou omissões da CONTRATADA, de seus prepostos ou empregados.

12. DA CONTRATADA

Fornecer os itens especificados neste documento, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal requisitante, observadas as normas legais vigentes como também as cláusulas e condições nele contidas;

Cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no presente instrumento, assumindo de forma exclusiva todos os riscos, custos e despesas inerentes à perfeita execução do objeto contratual;

Apresentar antes da assinatura do contrato/ARP, certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores alocados à execução do objeto da contratação, bem como manutenção destas certidões atualizadas a cada 6 (seis) meses, a guarda das respectivas fichas cadastrais e a disponibilização de acesso a documentação para fins de fiscalização.

Efetuar a entrega do objeto nas condições, especificações, prazo e local estipulados neste contrato e seus anexos;

Acompanhar a entrega da respectiva nota fiscal, que deverá conter, de forma clara: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Fornecer materiais originais, novos, de primeira linha e perfeitamente adequados ao uso a que se destinam, em estrita conformidade com os quantitativos e especificações técnicas do Termo de Referência e sua proposta;

Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, quantidade, conformidade e resistência dos materiais fornecidos;

Providenciar a substituição imediata, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, de qualquer produto que apresente vício intrínseco ou extrínseco, defeito, avaria ou não conformidade que o torne impróprio, inadequado ao uso ou que diminua seu valor;

Realizar o reparo, a substituição ou a correção de qualquer avaria ou defeito, **às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados da notificação formal pela CONTRATANTE.

Corrigir imediatamente quaisquer deficiências, falhas ou irregularidades identificadas no ato da entrega;

Assumir total responsabilidade por quaisquer vícios ou danos decorrentes do objeto contratual, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo de entrega, apresentando comprovação cabal do motivo;

Disponibilizar canais oficiais de comunicação (e-mail corporativo e número de WhatsApp com confirmação de leitura ativada) permanentemente acessíveis para contato pela CONTRATANTE;

Arcar com todas as despesas, custos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, fretes, taxas, deslocamentos e quaisquer outros ônus incidentes sobre a execução do presente contrato;

É vedada a transferência, total ou parcial, a terceiros das obrigações ora assumidas, sem a anuência prévia e por escrito da CONTRATANTE.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

- 13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (vinte por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; 13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme estatui o art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

17.1. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada através do Banco de Preços.

19. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao Mapa de Riscos da contratação, a Administração identificou os principais eventos capazes de comprometer a adequada execução do objeto e incorporou, no presente Termo de Referência e nos demais atos do processo, as medidas necessárias à sua mitigação. O tratamento dos riscos foi estruturado de forma compatível com a natureza da contratação, que envolve a futura e eventual aquisição de utensílios e equipamentos de cozinha destinados à Secretaria Municipal de Educação, ao CEMATE e às unidades escolares da rede municipal, abrangendo as fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual.

Na fase de planejamento, o processo contemplou providências voltadas à redução dos riscos relacionados à estimativa dos quantitativos, à definição das especificações técnicas, à pesquisa de preços, ao enquadramento da contratação e à logística de entrega. O Termo de Referência apresenta descrição individualizada dos itens, com requisitos mínimos de material, capacidade, dimensões, desempenho, certificações e garantias, inclusive com previsão de equivalência técnica quando houver marca de referência, o que reduz o risco de restrição indevida da competitividade e de fornecimento incompatível com a necessidade administrativa. Também foram registradas a motivação da aquisição, a abrangência das 21 unidades beneficiárias, a metodologia de dimensionamento a partir das necessidades informadas pelas unidades e ajustadas tecnicamente pela SEMED, bem como a estimativa de preços obtida mediante pesquisa no Banco de Preços.

Na fase de seleção do fornecedor, foram previstas medidas destinadas a assegurar a escolha de proposta compatível com a complexidade do objeto e com a dispersão dos pontos de entrega. O processo passou a contemplar critérios objetivos de julgamento por item, regras de habilitação jurídica, fiscal e técnica, além da exigência de compatibilidade entre as propostas e as especificações do Termo de Referência, inclusive quanto a certificações, garantias, assistência técnica e padrões mínimos de qualidade. Houve, ainda, tratamento específico dos riscos de baixa competitividade, proposta inexequível, documentação técnica insuficiente e julgamento inseguro por equivalência de marcas, mediante previsão de análise material das propostas, conferência de requisitos técnicos e possibilidade de rejeição de produtos que não atendam ao padrão mínimo exigido pela Administração.

Na execução contratual, o Termo de Referência já incorporou mecanismos de controle aptos a mitigar os riscos de atraso na entrega, entrega parcial ou em endereço incorreto, fornecimento de produtos em desacordo com as especificações, avarias no transporte e falhas no recebimento. O instrumento prevê prazo de até 30 dias corridos para execução, disciplina objetiva quanto aos locais de entrega, inclusive com diferenciação entre Almoxarifado Central, sede da SEMED e unidades escolares, fiscalização por servidor designado, recebimento provisório e definitivo, possibilidade de rejeição total ou parcial dos itens em desacordo e obrigação de substituição sem ônus para a Administração. Também

constam exigências de conferência física e documental, verificação de certificações e garantias quando aplicáveis, registro das ocorrências pelo fiscal e condicionamento do recebimento definitivo à conformidade integral do objeto entregue.

Além disso, o processo tratou expressamente os riscos relacionados à fiscalização, ao atesto e ao pagamento, prevenindo liquidação indevida sem conferência integral dos produtos. Foram estabelecidos gestor, fiscal e suplente, atribuições de acompanhamento da execução, emissão de notificações para saneamento de falhas, bem como regras de liquidação e pagamento vinculadas ao recebimento definitivo, à regularidade fiscal da contratada e à certificação do cumprimento das obrigações assumidas. Registra-se, portanto, que os riscos mapeados para a presente contratação não foram apenas identificados, mas devidamente tratados por medidas preventivas, de controle e de resposta já incorporadas ao Termo de Referência e ao processo administrativo, conferindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

20. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?

A contratação dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 19 de maio de 2026.

CLEIDE GONCALVES LEITE PRATES

Secretária Municipal de Educação

Elaborado por:
WALACE DEIVID ALVES ARCELINO
ASSESSOR DE EXPEDIENTE DE COMPRAS

**APÊNDICE DO ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**

Estudo Técnico Preliminar 108/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 1-5618/2026

2. Descrição da necessidade

A necessidade da Secretaria Municipal de Educação fundamenta-se na indispensabilidade de assegurar condições adequadas de funcionamento às cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino, por meio da reposição e ampliação de utensílios e equipamentos utilizados no preparo, armazenamento temporário, organização e distribuição da alimentação escolar. Trata-se de demanda diretamente vinculada à execução regular do serviço de nutrição escolar, o qual exige estrutura mínima compatível com as rotinas diárias de manipulação, preparo, acondicionamento e serviço dos alimentos destinados aos alunos. A insuficiência, o desgaste ou a inexistência desses materiais compromete a dinâmica operacional das cozinhas, dificulta a execução do cardápio escolar e pode impactar a regularidade e a qualidade do atendimento alimentar prestado nas escolas.

Além da necessidade de reposição dos utensílios submetidos a uso contínuo e intenso, a secretaria identifica a importância de promover melhor organização e aparelhamento das cozinhas escolares, mediante a disponibilização de itens adequados às exigências de higiene, segurança e funcionalidade inerentes ao ambiente de preparação de alimentos. Utensílios como canecas, pratos, caixas organizadoras, assadeiras, raladores, facas, colheres, tábuas de corte, jarra, panelas, garrafas térmicas, balanças e demais itens correlatos são instrumentos essenciais à rotina das unidades, pois viabilizam desde o recebimento e acondicionamento dos gêneros até o preparo e a distribuição final das refeições. A ausência ou inadequação desses materiais tende a gerar improvisações, prejuízos à padronização dos processos internos e riscos à segurança alimentar, em desconformidade com as boas práticas exigidas para o ambiente escolar.

Por fim, a aquisição revela-se necessária para fortalecer a capacidade operacional da rede municipal de ensino no atendimento às demandas de alimentação escolar, assegurando melhores condições de trabalho às equipes responsáveis pelo preparo das refeições e maior regularidade no suporte oferecido aos estudantes. A medida pretendida não se limita à mera aquisição de itens isolados, mas busca estruturar de forma mais adequada as cozinhas escolares, promovendo reposição de materiais desgastados, ampliação do acervo existente e melhoria das condições de execução dos serviços de nutrição. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação busca garantir continuidade, eficiência, segurança e qualidade na prestação do serviço público de alimentação escolar, em consonância com o interesse público e com as necessidades reais das unidades atendidas.

3. Área requisitante

ÁreaRequisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	CLEIDE GONCALVES LEITE PRATES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Levantamento de Necessidades: É importante realizar um diagnóstico para identificar quais materiais são realmente necessários.

Qualidade do Material: Estabelecer critérios de qualidade, como durabilidade e segurança dos produtos.

Orçamento e Planejamento: Definir um orçamento claro e planejar a aquisição com base nas necessidades e prioridades identificadas.

Processo de Licitação: Seguir a legislação pertinente para compras públicas, garantindo transparência e competitividade.

Acompanhamento e Avaliação: Após a aquisição, monitorar a entrega e a qualidade dos materiais, além de avaliar a satisfação quanto aos produtos recebidos.

Capacitação e Informação: Capacitar os profissionais envolvidos no processo de compra para garantir que entendam os critérios de qualidade e suas necessidades.

Forma de Entrega: A entrega do produto referente a solicitação da SEMED dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru e deverão ser entregues na sede do Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 4730, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

■ Escolas da Zona Rural e Distritos (Tarilândia e Jaru-Uaru): A entrega ocorrerá na sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Goiás, nº 956, Setor 02, Jaru/RO) ou, mediante acordo na Ordem de Fornecimento, poderá ser autorizada a retirada pela unidade em local indicado pela contratada dentro do perímetro urbano de Jaru.

■ Escolas da Zona Urbana: A entrega será descentralizada, devendo ocorrer diretamente na Unidade Escolar solicitante mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo respectivo Conselho Escolar.

Dos Endereços de Entrega:

UNIDADE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal De Educação	Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 - 4730.
E.M.E.F. Aldemir Lima Cantanhede	Rua: Mamoré, 1502, Setor 01-A
E.M.E.F. Abrão Rocha	Rua: Marechal Rondon, 2258. Setor 03
E.M.E.I.E.F. Prof. Beatriz Mireya	Rua: Osvaldo Cruz, 2675, Setor 04
E.M.E.F. Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05
E.M.E.I. Primavera	Linha Primavera nº2536 Quadra 07
E.M.E.F. Maria De Lourdes Da Silva	Rua: Raimundo Barreto, 863. Setor 07
E.M.E.F. Menézio De Vito	Rua: Jean Carlos Muniz, S/N. Jardim dos Estados.
E.M.E.I. Prof. Elza Maria Fabris	Rua: Airton Senna S/N. Jardim dos Estados
E.M.E.I.E.F. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua: Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08

E.M.E.I. Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1240, Setor 02
E.M.E.I. Prof. Zenir De Carvalho	Rua: Goiás, 840, esquina com Raimundo Barreto Setor 07
E.M.E.I. Tania Barreto	Rua: Rio Grande do Norte nº2565, esquina com Paraná
E.M.E.I. Gabriel Balmant Neves	Rua: Onofre Duarte de Oliveira, 3398. Setor 06
Centro Educacional De Bom Jesus	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Marechal Cordeiro De Farias	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Juscelino Kubitschek	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 , Setor 02
E.M.E.I.E.F. D Jarú-Uaru	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956, setor 02
E.M.E.I.E.F. José De Souza Silva	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 setor 02
E.M.E.I. Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Goiás, 3881, setor 02

Prazo de Execução: O prazo para execução do objeto desta licitação será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de empenho, conforme o caso. Esse intervalo temporal foi estabelecido considerando a natureza dos itens a serem fornecidos utensílios de cozinha e equipamentos como balanças, liquidificadores, processadores e batedeiras que demandam tempo compatível com a fabricação, a separação dos produtos e a logística de entrega, sem, contudo, comprometer a celeridade necessária ao atendimento das unidades escolares.

O prazo é único e válido para qualquer empresa eventualmente vencedora do certame, independentemente de sua localização geográfica no território nacional. A fixação de um período uniforme visa assegurar a igualdade de condições entre os licitantes e a transparência na execução contratual, evitando distinções que possam favorecer determinadas regiões em detrimento de outras. Cabe à contratada, portanto, planejar adequadamente suas rotas de distribuição e estoques para cumprir o cronograma, ainda que distante do local de entrega, arcando com os custos e responsabilidades decorrentes do transporte.

A opção pelo prazo de trinta dias corridos mostra-se equilibrada: é suficientemente elástico para permitir o cumprimento regular das obrigações por fornecedores de diferentes portes e localidades, mas também é restrito o bastante para não retardar a reposição dos materiais, cuja falta nas cozinhas escolares pode impactar diretamente a qualidade da alimentação dos alunos.

Dessa forma, a Administração Pública garante que os bens cheguem tempestivamente às unidades destinatárias, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

Do Recebimento do Objeto: Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 dias no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de talhado, que deverá ser de até 10 (dez) dias após o atesto do recebimento provisório.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, que deverá ser de até 10 (dez) dias.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

A aquisição pretendida insere-se em segmento amplamente disponível no mercado, consistente no fornecimento de utensílios e equipamentos de cozinha de uso doméstico, institucional e semiprofissional, aplicáveis a ambientes de preparo e distribuição de alimentos como as cozinhas das unidades escolares. Trata-se de objeto com elevada disponibilidade comercial, podendo ser encontrado em lojas físicas de utilidades domésticas, estabelecimentos especializados em artigos para cozinha, distribuidores atacadistas, lojas de equipamentos para restaurantes e cozinhas industriais, redes varejistas, home centers, papelarias e bazares com linha institucional, além de plataformas de comércio eletrônico e marketplaces que comercializam produtos similares em escala. Considerando as especificações técnicas constantes do processo, os itens possuem características de mercado comum, ainda que com algumas exigências mínimas de resistência, material, capacidade e funcionalidade.

No caso concreto, a Secretaria poderá aderir a esse mercado por diferentes estratégias de fornecimento, a depender da dinâmica do certame e da vantajosidade obtida. Há possibilidade de atendimento por empresas que atuam no varejo especializado, sobretudo para itens unitários e de reposição comum, bem como por fornecedores atacadistas ou distribuidores com portfólio mais amplo, aptos a atender lotes maiores e múltiplos itens com entrega escalonada. Também se mostra possível a participação de fornecedores que operam por meio de plataformas eletrônicas, desde que atendam às especificações técnicas e consigam cumprir as exigências logísticas, quantitativas e de qualidade definidas pela Administração. Em razão da diversidade dos itens, o mercado se apresenta com capilaridade suficiente para absorver a demanda, inclusive com fornecedores locais, regionais e nacionais.

Ressalta-se, por fim, que o levantamento de mercado e a pesquisa de preços deverão observar os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à adequada formação do valor estimado da aquisição, à verificação da compatibilidade dos preços praticados e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, entende-se que o objeto encontra respaldo em ampla oferta de mercado, sendo viável a realização da aquisição em condições regulares de competitividade e com possibilidade concreta de atendimento por diferentes canais de fornecimento.

6. Descrição da solução como um todo

A solução visada com esta aquisição consiste na futura e eventual aquisição de utensílios e equipamentos de cozinha destinados ao aparelhamento das cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino. A medida visa suprir a necessidade de reposição e ampliação de materiais indispensáveis ao preparo, organização, acondicionamento e distribuição da alimentação escolar, assegurando que as unidades disponham de itens compatíveis com o uso contínuo e com as exigências de higiene, segurança, resistência e funcionalidade próprias do ambiente de cozinha escolar. Busca-se, com isso, proporcionar melhores condições para execução das rotinas operacionais e para manutenção da regularidade do serviço de nutrição escolar.

Sob a ótica administrativa e operacional, a solução compreende a formação de registro de preços para aquisição futura e eventual dos itens, permitindo à Administração atender as demandas das unidades escolares conforme a necessidade efetiva, sem obrigatoriedade de aquisição imediata integral do quantitativo estimado. Também se revela adequada a possibilidade de obtenção dos produtos por múltiplos canais de mercado, como fornecedores especializados em utilidades domésticas e institucionais, lojas físicas de equipamentos de cozinha, distribuidores atacadistas, estabelecimentos de artigos para restaurantes e cozinhas industriais, marketplaces e comércio eletrônico especializado, desde que observadas as especificações técnicas e os critérios de qualidade exigidos pela Administração. Dessa forma, a solução pretendida concilia flexibilidade de aquisição, padronização técnica e maior capacidade de atendimento às necessidades da rede municipal de ensino.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos para a futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha e equipamentos destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação foi elaborada com base em criterioso levantamento realizado junto às unidades que compõem a rede municipal de ensino. Compõem o universo de atendimento 19 (dezenove) escolas municipais, o Centro de Atendimento Especializado CEMATE e a própria sede administrativa da SEMED, totalizando 21 (vinte e uma) unidades beneficiárias.

O dimensionamento das quantidades tomou como ponto de partida as informações prestadas pelos gestores de cada unidade escolar e do CEMATE, os quais, no exercício de suas atribuições e em contato direto com a realidade operacional de suas respectivas cozinhas, indicaram as necessidades prementes para o adequado funcionamento dos serviços de alimentação escolar. Referidas informações contemplaram não apenas a reposição de itens desgastados pelo uso contínuo, mas também a necessidade de ampliação do acervo para atendimento da demanda crescente de alunos e usuários dos serviços.

Considerando, todavia, a expertise acumulada pela Secretaria Municipal de Educação em processos pretéritos de aquisição dos referidos itens, procedeu-se a uma análise técnica minuciosa das informações encaminhadas pelos gestores. Com base nessa experiência e no conhecimento das especificidades técnicas, durabilidade e padrões de consumo dos utensílios e equipamentos de cozinha em ambiente escolar, a SEMED promoveu os ajustes necessários nas planilhas de quantitativos, seja para adequar especificações, seja para uniformizar necessidades comuns entre as unidades, seja para corrigir eventuais distorções ou subdimensionamentos identificados.

Importa consignar que, muito embora os anexos contendo registros de aquisições anteriores integrem os autos do presente processo para consulta e referência histórica, tais documentos não foram utilizados como parâmetro exclusivo ou preponderante para a aferição das quantidades ora estimadas. A metodologia adotada privilegiou, sobretudo, a realidade atual das unidades beneficiárias, considerando-se o quadro presente de alunos atendidos, a estrutura física disponível, a rotina de preparo das refeições e a vida útil dos equipamentos em utilização.

Dessa forma, a estimativa de quantitativos aqui apresentada resulta de um processo de construção coletiva e tecnicamente fundamentada, que conjugou o conhecimento empírico dos gestores escolares com a visão sistêmica e a experiência administrativa da SEMED, assegurando, assim, que as quantidades a serem licitadas correspondam efetivamente às necessidades reais e atuais da rede municipal de ensino, em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento que regem a administração pública. Os documentos que embasaram referida estimativa, incluindo as planilhas originais encaminhadas pelas unidades e as consolidações ajustadas por esta Secretaria, encontram-se devidamente anexados aos autos para análise e conferência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.462.683,70

De acordo com cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da aquisição é de R\$ 1.462.683,70 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme o Art. 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, as compras deverão atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Neste caso, a secretaria optou em não agrupar os itens solicitados, objetivando assim a ampla participação de fornecedores.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação, embora possua objeto próprio e finalidade específica, insere-se em um contexto mais amplo de estruturação e aparelhamento das unidades vinculadas à rede municipal de ensino, especialmente no que se refere à adequação das cozinhas e ao suporte material necessário para o preparo, acondicionamento e distribuição de alimentos. Nesse sentido, registra-se a correlação com o processo nº 1-5091/2024, considerando que ambas as demandas se relacionam ao fortalecimento da infraestrutura operacional das unidades escolares, compondo, em conjunto, um cenário articulado de medidas voltadas à melhoria das condições de funcionamento, à organização dos serviços e à maior eficiência no atendimento das necessidades da administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

"Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

Ademais, verificou-se que determinados itens do presente processo não constam no Plano de Contratação Anual (PCA) vigente, bem como o quantitativo solicitado encontra-se divergente das previsões estimadas inicialmente, ressaltando-se que tais situações serão devidamente justificadas pela secretaria solicitante nos autos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a futura e eventual aquisição de utensílios e equipamentos de cozinha destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino, a Prefeitura Municipal de Jaru, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, busca alcançar benefícios operacionais, estruturais e assistenciais que assegurem melhores condições para o preparo e a distribuição da alimentação escolar, com maior organização, segurança e eficiência no funcionamento das cozinhas escolares.

Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

■ **Melhoria da Estrutura das Cozinhas Escolares:** A disponibilização de utensílios e equipamentos adequados permitirá maior aparelhamento das cozinhas das unidades escolares, assegurando que as rotinas de preparo, organização e distribuição dos alimentos sejam executadas com instrumentos apropriados e em condições mais adequadas de trabalho. Este benefício é essencial para reduzir improvisações, ampliar a funcionalidade do ambiente e proporcionar suporte mais eficiente às atividades desenvolvidas pelas equipes responsáveis pela alimentação escolar.

■ **Continuidade e Eficiência do Serviço de Alimentação Escolar:** A reposição e ampliação dos materiais utilizados no cotidiano das cozinhas contribuem diretamente para a regularidade e continuidade do serviço, evitando prejuízos decorrentes da ausência, desgaste ou insuficiência de utensílios indispensáveis ao funcionamento da unidade. Com isso, a Administração assegura melhores condições para que o preparo e a oferta das refeições ocorram de forma mais organizada, contínua e eficiente, em benefício direto dos estudantes atendidos pela rede municipal.

■ **Segurança Alimentar e Melhores Condições de Higiene:** A utilização de utensílios novos, adequados e compatíveis com o ambiente de manipulação de alimentos favorece a observância das boas práticas sanitárias e contribui para a redução de riscos relacionados à contaminação, ao desgaste de materiais e ao uso de itens inadequados. Este benefício fortalece a segurança alimentar no ambiente escolar e contribui para que o preparo e a distribuição da merenda ocorram em condições mais seguras e higiênicas.

■ **Organização e Racionalização das Rotinas Internas:** Itens como caixas organizadoras, tábuas de corte, utensílios de servir, garrafas térmicas, painéis e equipamentos auxiliares favorecem maior padronização dos processos internos e melhor organização física das cozinhas. A adequada disponibilização desses materiais contribui para otimizar o tempo de trabalho das equipes, melhorar o fluxo operacional e ampliar a funcionalidade das atividades cotidianas relacionadas à nutrição escolar.

Assim, a Administração Municipal busca, com essa aquisição, fortalecer a estrutura das cozinhas escolares, assegurar maior regularidade e qualidade na prestação do serviço de alimentação escolar e garantir melhores condições operacionais para o atendimento das necessidades das unidades da rede municipal de ensino, em consonância com o interesse público e com a adequada execução das políticas educacionais e de nutrição escolar.

13. Providências a serem Adotadas

Sabe-se que o estudo técnico preliminar antecede o termo de referência, trazendo aos autos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação/aquisição. Diante disso, é necessário que sejam tomadas algumas providências para continuidade

À SECRETARIA:

Considerando que a Administração possui vigente a Ata de Registro de Preços nº 43 (Processo nº 1-5091/24), cujo objeto é idêntico ao deste pleito e com validade até MAIO do corrente exercício (2026), torna-se extremamente necessário citar o Art. 82, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece taxativamente:

"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre: (...) VIII – a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ataque tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;"

Adicionalmente, considerando o disposto no Art. 18 da Lei nº 14.133/2021 sobre o planejamento da contratação:

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação (...)"

Diante do exposto, expedem-se as seguintes recomendações:

Recomenda-se que a secretaria solicitante apresente justificativa técnica para a instrução do novo Registro de Preços, em observância ao art. 82, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a Ata nº 37 permanece vigente até maio de 2026, de modo a esclarecer a necessidade de instauração do novo procedimento ainda durante a vigência do instrumento atual, especialmente sob a ótica do planejamento administrativo e da prevenção à descontinuidade do atendimento, devendo constar nos autos que a futura vigência da nova ata observará o encerramento da ata atualmente vigente, a fim de evitar sobreposição de instrumentos para o mesmo objeto e assegurar maior racionalidade e eficiência na condução administrativa.

Recomenda-se que seja devidamente justificada a diferença entre a demanda e o planejamento anual, visto que itens solicitados no presente processo não se encontram dentro das previsões estimadas no Plano de Contratações Anual (PCA), bem como o quantitativo solicitado encontra-se divergente das previsões estimadas inicialmente. A ausência de alinhamento com o PCA contraria o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, exigindo que a Secretaria demonstre a necessidade superveniente ou o fato novo que motivou a inclusão destes itens não planejados originalmente.

Recomenda-se que a Secretaria observe a Orientação 2, constante do ID 3898087, quanto à exigência de apresentação de certidões de antecedentes criminais dos colaboradores que venham a ser alocados na execução do objeto, promovendo a inserção expressa dessa previsão, em tópico específico no processo, de modo a assegurar a devida observância às orientações internas pertinentes e maior segurança na execução contratual.

AO SETOR DE COMPRAS:

Recomenda-se a revisão da solicitação 02250/26 da escola E.M.E.I. Pato Donald, ID 3902757, tendo em vista que o item 5 consta com quantitativo 5, ao passo que, no Despacho 15 da Secretaria, ID 3868113, o mesmo item foi indicado com quantitativo 3, devendo ser saneada a divergência para evitar inconsistência entre os documentos que instruem o processo.

Considerando-se atendidos todos os requisitos necessários à prestação de serviços previstos nesta demanda, não se vislumbram demais providências prévias a serem adotadas pela administração.

A administração disponibiliza o Manual do Gestor e Fiscal de Contratos para auxiliar e orientar sobre os procedimentos que devem ser adotados nas contratações realizadas, em especial, quanto a penalidades e rescisão contratual. Anexo Decreto nº 11736/GP/2019 de 04/06/2021 (ID 560939).

14. Possíveis Impactos Ambientais

Buscar-se-á no processo licitatório a contratação de serviços sustentáveis ou de menor impacto ambiental, em relação aos seus similares.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciam que a aquisição pretendida, visando atender as demandas da secretaria, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, sem óbices que impeçam o prosseguimento do feito.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MELISSA DIAS DE OLIVEIRA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº056/PMJ/2026
Modelo de Proposta Comercial
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Bairro:						
Endereço:						
Município:		CEP:				
Estado						
Representante:		CPF:				
Telefone:		E-mail:				
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
Optante pelo SIMPLES: () SIM () NÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data: de de 2026.

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/PMJ/2026
PROCESSO Nº /PMJ/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026**

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) Técnico (a) de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de preços visando a AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE COZINHA E MATERIAIS PARA SUPORTE E COLETA DE RESÍDUOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços visando a AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS DE COZINHA E MATERIAIS PARA SUPORTE E COLETA DE RESÍDUOS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/PMJ/2026**.

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no

prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestral-

mente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. O prazo para execução do objeto desta licitação será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de empenho, conforme o caso. Esse intervalo temporal foi estabelecido considerando a natureza dos itens a serem fornecidos utensílios de cozinha e equipamentos como balanças, liquidificadores, processa-

dores e bateadeiras que demandam tempo compatível com a fabricação, a separação dos produtos e a logística de entrega, sem, contudo, comprometer a celeridade necessária ao atendimento das unidades escolares.

7.1.2. O prazo é único e válido para qualquer empresa eventualmente vencedora do certame, independentemente de sua localização geográfica no território nacional. A fixação de um período uniforme visa assegurar a igualdade de condições entre os licitantes e a transparência na execução contratual, evitando distinções que possam favorecer determinadas regiões em detrimento de outras. Cabe à contratada, portanto, planejar adequadamente suas rotas de distribuição e estoques para cumprir o cronograma, ainda que distante do local de entrega, arcando com os custos e responsabilidades decorrentes do transporte.

7.1.3. A opção pelo prazo de trinta dias corridos mostra-se equilibrada: é suficientemente elástico para permitir o cumprimento regular das obrigações por fornecedores de diferentes portes e localidades, mas também é restrito o bastante para não retardar a reposição dos materiais, cuja falta nas cozinhas escolares pode impactar diretamente a qualidade da alimentação dos alunos.

7.1.4. Dessa forma, a Administração Pública garante que os bens cheguem tempestivamente às unidades destinatárias, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

7.2. LOCAL DE ENTREGA

7.2.1. A entrega do produto referente a solicitação da SEMED dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru e deverão ser entregues na na sede do Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 4730, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

7.2.2. **Escolas da Zona Rural e Distritos (Tarilândia e Jaru-Uaru):** A entrega ocorrerá na sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Goiás, nº 956, Setor 02, Jaru/RO) ou, mediante acordo na Ordem de Fornecimento, poderá ser autorizada a retirada pela unidade em local indicado pela contratada dentro do perímetro urbano de Jaru.

7.2.3. **Escolas da Zona Urbana:** A entrega será descentralizada, devendo ocorrer diretamente na Unidade Escolar solicitante mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo respectivo Conselho Escolar.

7.2.4. DOS ENDEREÇOS DE ENTREGA

UNIDADE	ENDEREÇO
Secretaria Municipal De Educação	Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 - 4730.
E.M.E.F. Aldemir Lima Cantanhede	Rua: Mamoré, 1502, Setor 01-A
E.M.E.F. Abrão Rocha	Rua: Marechal Rondon, 2258. Setor 03
E.M.E.I.E.F. Prof. Beatriz Mireya	Rua: Osvaldo Cruz, 2675, Setor 04
E.M.E.F. Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05
E.M.E.I. Primavera	Linha Primavera nº2536 Quadra 07
E.M.E.F. Maria De Lourdes Da Silva	Rua: Raimundo Barreto, 863. Setor 07
E.M.E.F. Menézio De Victo	Rua: Jean Carlos Muniz, S/N. Jardim dos Estados.
E.M.E.I. Prof. Elza Maria Fabris	Rua: Aírton Senna S/N. Jardim dos Estados
E.M.E.I.E.F. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua: Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08
E.M.E.I. Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1240, Setor 02
E.M.E.I. Prof. Zenir De Carvalho	Rua: Goiás, 840, esquina com Raimundo Barreto Setor 07
E.M.E.I. Tania Barreto	Rua: Rio Grande do Norte nº2565, esquina com Paraná

E.M.E.I. Gabriel Balmant Neves	Rua: Onofre Duarte de Oliveira, 3398. Setor 06
Centro Educacional De Bom Jesus	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Marechal Cordeiro De Farias	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 st.02
E.M.E.I.E.F. Juscelino Kubitschek	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 , Setor 02
E.M.E.I.E.F. D Jaru-Uaru	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956, setor 02
E.M.E.I.E.F. José De Souza Silva	Avenida Padre Adolpho Rohl esquina com a Goiás nº 956 setor 02
E.M.E.I. Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Goiás, 3881, setor 02

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 dias no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, que deverá ser de até 10 (dez) dias após o atesto do recebimento provisório.

7.3.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, que deverá ser de até 10 (dez) dias.

7.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

7.4.2. Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.5.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.5.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil

e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO IV
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/PMJ/2026
TERMO DE COMPROMISSO
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da LEI:

FATO SUPERVENIENTE

a) Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

ACEITAÇÃO DO EDITAL

b) Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS

c) Que concordamos em FIRMAR CONTRATOS dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendo todas as condições.

EMPREGABILIDADE DE MENOR

d) Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

e) Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

f) Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO

d) Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

GRAU DE PARENTESCO

h) Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.

AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

INVOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data: de de 2026

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / /2026

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).

_____, portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: **de** **de 2026**

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)